PLANO DE SEGURANÇA DA BARRAGEM - VOLUME IV

PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA – PAE

CGH SANTA CRUZ

Empreendedor



PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA – PAE



CGH SANTA CRUZ

00	Emissão Final	05/06/24	EAA/LZS	EAA	EAA
Rev.	Descrição	DD/MM/AA.	Elab.	Verif.	Aprov.
Projeto:		Tipo de Documento:			
PΙΔΝ	IO DE SEGURANÇA DA BARRAGEM	Relatório Técnico			
]		Formato:		Rev.	
	(PSB) - VOLUME IV	A4		00	
Pedido de compra:		Código RHA:			
PC 4515487670		RHA-30-2022-RT-C04		1	
Coorden	adora do PAF:		·		E-II

Coordenadora do PAE:

Luiza Barcellos

Folhas:

78

Empreendedor:

Órgão fiscalizador:

Elaboração:







Atualização	Descrição	Data	Elaboração	ART n°	Aprovado
00	Emissão Inicial	Fev/2018	RDR Consultores Associados LTDA	20186008450	Votorantim Cimentos
01	Conforme ofício ANEEL TN nº 1057/2018- SFG	Abr/2020	TRACTEBEL Engineering LTDA	25 2019 7179695-0 25 2019 7181455-4	Votorantim Cimentos
02	Emissão Final – Atualização 02	05/06/2024	RHA Projeto e Consultoria LTDA	25 2023 9054550-2	Votorantim Cimentos



Luiza Trevisan Barcellos Coordenadora do PAE Votorantim Cimentos



Elton Murbach Koga Responsável Técnico pela Barragem Votorantim Cimentos

Osvaldo lyres Filho
65F451582CF0407...

Osvaldo Ayres Filho Representante Legal Votorantim Cimentos

Responsável pela Elaboração do PAE

Lagor Mr. And zegli

DocuSigned by:
EDGUR UBERTI UMRZEJEWSKI
0E5E72C915234D9...

Edgar Alberti Andrzejewski RHA Projeto e Consultoria

SUMÁRIO

1.	PL	ANO DE AÇÃO DE EMERGENCIA — PAE	/
	1.1.	Objetivo	8
	1.2.	Identificação do Empreendedor, Responsável pelo PAE e Entidades	9
2.	DE	SCRIÇÃO DA BARRAGEM E ESTRUTURAS ASSOCIADAS	. 14
	2.1.	Identificação e Localização da Barragem	. 14
	2.2.	Localização da Usina	. 16
	2.3.	Características Hidrológicas e Reservatório	. 17
	2.4.	Descrição Geral das Estruturas Principais	. 20
3.	RE	CURSOS MATERIAIS E LOGÍSTICOS	. 24
4.	AV.	ALIAÇÃO E ANÁLISE DE RISCOS DA BARRAGEM	. 25
5.	PR	OCEDIMENTOS DE NOTIFICAÇÃO E SISTEMA DE ALERTA	. 38
6.	RE	SPONSABILIDADES DO PAE - VOTORANTIM	. 42
	6.1.	Responsabilidades do empreendedor	. 42
	6.2.	Responsabilidades do Coordenador do PAE	. 42
	6.3.	Responsabilidades e Organização da Equipe Técnica	. 45
	6.4.	Ações e Procedimentos Internos	. 45
7.	SÍN	ITESE DO ESTUDO DE RUPTURA	. 47
8.	MA	PA DE INUNDAÇÃO	. 48
	8.1.	Áreas atingidas pela inundação	. 48
	8.2.	Uso do solo	. 48
	8.3.	Benfeitorias afetadas pela ruptura	. 48
9.	PL	ANO DE TREINAMENTO	. 51
	9.1.	Teste de Sistemas de Notificação	. 51
	9.2.	Exercício de Nivelamento	. 51
	9.3.	Exercício de Simulação	. 52
	9.4.	Ações de Sensibilização da População	. 52
	9.5.	Plano de Ações Preventivas	. 53
10	. AT	IVIDADES DE MONITORAMENTO	. 54
	10.1	. Monitoramento das Estruturas do Aproveitamento	. 54

	10.2. Monitoramento de Sismos da Região de Influência	. 55
	10.3. Monitoramento Hidrometeorológico e Previsão de Afluências	. 55
	10.4. Monitoramento do Reservatório	. 58
	10.5. Escala de Situações Operativas	. 58
	10.5.1 Graduação de Situações para Período De Cheias	. 59
	10.6. Atividades de Comunicação	. 61
	10.7. Atividades de Acompanhamento e Avaliação	. 62
	10.8. Definição de Procedimentos de Comunicação	. 62
	10.9. Descrição de Acessos e Rota de Fuga	. 63
1	1. LEGISLAÇÃO BÁSICA	. 64
	11.1. Federal	. 64
	11.2. Estadual	. 66
12	2. REFERÊNCIAS	. 68
1;	3. ANEXOS	. 70
	13.1. Anexo 1. Formulário de Declaração e Notificação	. 70
	13.2. Anexo 2. Mapas de Inundação da ZAS com Rota de Fuga e Sirenes	. 70
	13.3. Anexo 3. Mapas do Estudo de "Dam Break"	. 70
	13.4. Anexo 4. ART	. 70





1. PLANO DE AÇÃO DE EMERGENCIA – PAE

O Plano de Ação Emergencial (PAE) está definido segundo o Guia Básico de Segurança de Barragens e a Lei n°12.334, de 20 de setembro de 2010 atualizada pela lei n°14.066, de 30 de setembro de 2020, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens como um plano formal que identifica os procedimentos e processos a serem seguidos pelos operadores da barragem da CGH Santa Cruz na eventualidade de situações de emergência. A indicação desta situação baseia-se nos critérios de segurança adotados pelo proprietário do empreendimento, embasados na legislação vigente, nas exigências dos órgãos ambientais, nas interferências com os órgãos de Defesa Civil e de outros agentes externos que possam ser afetados na ocorrência de eventos críticos.

O PAE e um documento que deve ser adaptado a fase de vida da obra, as circunstâncias de operação e as suas condições de segurança. E, por isso, é um documento que deverá ser periodicamente revisado. A revisão e atualização do PAE é da responsabilidade do Empreendedor.

Esse presente PAE apresenta os seguintes itens:

- Identificação dos contatos do empreendedor e entidades;
- Identificação e avaliação das ações;
- Procedimentos de notificação e sistema de alerta;
- Identificação das responsabilidades do PAE;

Estudo de ruptura da barragem, incluindo mapa de inundação, rota de fuga e identificação e cadastro das benfeitorias atingidas.

- Fazem parte do PAE os seguintes planos:
- Plano de Treinamento:
- Plano de Ações Preventivas;
- Plano Municipal de Emergência.

Também são apresentados todos os formulários necessários e link para documentação relacionada a comunicação com as entidades envolvidas, em caso de ocorrência emergencial.





Ressalta-se que cabe a Votorantim Cimentos o estabelecimento de políticas e diretrizes ao Plano de Ação Emergencial proposto.

1.1. OBJETIVO

Esse relatório atende às condições preconizadas na Política Nacional de Segurança de Barragens, implantada pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

O Plano de Ações para Situações de Emergência (PAE) tem o objetivo de orientar, disciplinar e determinar as ações a serem tomadas pelos operadores da barragem e pela gerência da CGH Santa Cruz na eventualidade da ocorrência de situações de emergência nas instalações do empreendimento, proporcionando condições necessárias para o pronto atendimento por meio do desencadeamento de ações rápidas e seguras.

O relatório apresenta primeiramente as características relevantes da usina, tais como descrição das principais estruturas civis, estudos hidrológicos e avaliação do dimensionamento do vertedouro.

Tendo como base as informações disponíveis, tais como os estudos realizados e o relatório de inspeção da usina, elaborado pela inspeção de dezembro de 2022, pela RHA Engenharia, e encaminhado para a Votorantim Cimentos em 03 de janeiro de 2023, foram identificadas e classificadas as ações.

Dessa forma, foram indicados procedimentos para notificação e sistema de alerta, por meio de um fluxograma de identificação, contendo as entidades envolvidas e o fluxo de informação necessária.

O estudo de ruptura da barragem desenvolvido, foi determinado através de uma ruptura por erosão interna da fundação da barragem para a avaliação o máximo hidrograma hipotético do rompimento da barragem.

Como resultado do estudo de ruptura, foi desenvolvido o mapa de inundação, decorrente da onda de cheia determinada através do cenário de ruptura estabelecido e proposta rota de fuga já no desenvolvimento do PAE.

Faz parte do PAE a indicação do plano de treinamento, do plano de ações preventivas e do plano municipal de emergência.

O Plano de Treinamento apresentado visa avaliar os planos de emergência, por meio de um sistema de avaliação incluindo testes e exercícios de simulação.





O Plano de Ações Preventivas é composto de três linhas de atuação: Atividades de Monitoramento; Atividades de Comunicação e Atividades de Acompanhamento e Avaliação.

O Plano Municipal de Emergência (PME) orienta quais ações a serem desenvolvidas no caso de uma emergência, entre o responsável pela usina, agentes da defesa civil e outras entidades envolvidas, visando apoio às localidades atingidas nos municípios diretamente afetados Rio Branco do Sul e Itaperuçu.

1.2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR, RESPONSÁVEL PELO PAE E ENTIDADES

Os Quadro 1 a Quadro 8 a seguir apresentam, a identificação do empreendedor e responsável pelo PAE, bem como os principais representantes dos Órgãos Federais, Estado e dos municípios envolvidos e os quais possuem responsabilidades organizacionais no caso de possíveis desastres.

Quadro 1. Empreendedor e Responsáveis pela Usina e PAE

Empreendedor: Votorantim Cimentos

Inscrição Estadual 01647895/0106 Avenida Ermirio de Moraes 380

CEP: 83540-000

Representante Legal: Osvaldo Ayres Filho

xxxxxxxxx@vcimentos.com1

(11) 4572-4000

Responsável Técnico pela Barragem: Elton Murbach Koga

xxxxxxxxxx@vcimentos.com1

(XX) XXXXX-XXXX¹

Coordenadora do PAE: Luiza Trevisan Barcellos

xxxxxxxxxx@vcimentos.com1

(41) 3355-1559

(41) 99245-5294





Quadro 2. Instituição Fiscalizadora

Órgão				Telefone
Agência Fiscalizaçã	Nacional- ão dos Serviço	Superintendência os de Geração	de	(61) 2192-8758

Quadro 3. Órgãos Federais que Possuem Atribuições em Casos de Desastres

Órgão	Telefone
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil Federal (SEDEC)	(61) 2034-5513
Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres CENAD	(61) 2034-4600

Quadro 4. Entidades Estaduais que Possuem Atribuições em Casos de Desastres

Órgão	Telefone		
Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil	(CEPDEC)		
Rua Jaci Loureiro de Campos s/n - Palácio das Araucárias - 1º andar - Centro Cívico CEP 80530140 - Curitiba - Paraná – Brasil e-mail: defesacivil@defesacivil.pr.gov.br	(41) 3281-2513		
Cel QOPM Elio de Oliveira Manoel e-mail: gabinete@casamilitar.pr.gov.br	(41) 3350-2701		
Divisão da Defesa Civil			
TenCel. QOBM Edemilson de Barros Coordenador Executivo de Proteção e Defesa e-mail: <u>Civilbarros@pm.pr.gov.br</u>	(41) 3281-2520		
Maj.QOBM Antonio Geraldo Hiller Lino Subchefe da Divisão de Defesa Civi e-mail: hiller@pm.pr.gov.br	(41) 3281-2521		
Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CEGERD)			
1° Tem QCBM Anderson Gomes das Neves e-mail: anderson.neves@defesacivil.pr.gov.br	(41) 3281-2508 (41) 3281-2513		





Quadro 5. Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil (7ª CORPDEC)

Responsável	Telefone
Fahiana Alvas Franca	(41) 3281-1968
Fabiano Alves França	(41) 99988-2751





Quadro 6. Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC)

Município/ Contato	Telefone
Rio Branco do Sul	(41) 3652-7683
Maurício José dos Santos Vaz	(41) 99902-9418
Itaperuçú	(41) 3603-1381
Tiago Alex Dias de Brito	(41) 99631-7299

Quadro 7. Principais Contatos - Rio Branco do Sul

Órgão	Telefone
Prefeitura Municipal	(41) 3973-8030
	(41) 3973-8076 / 3973-
Hospital Municipal	8070 / 3973-8071 /
	3973-8072
Polícia Militar	
R. Germano Leão Paciornik, 384-474, Rio	(41) 3652-1880
Branco do Sul - PR, 83540-000	
Defesa Civil (Bombeiros)	
R. Derson Santana Costa, 311-333, Rio Branco	(41) 3652-7683
do Sul - PR, 83540-000	
Defesa Social (Bombeiros Comunitários)	(41) 3973-8067

Quadro 8. Principais Contatos - Itaperuçu

Órgão	Telefone
Prefeitura Municipal	(41) 3603-1381
Hospital Municipal	(41) 3603-2600
Polícia Militar	
Avenida São Pedro, 186, Centro, Itaperuçu-PR,	(41) 3603-2675
83560-000, Brasil	





Deverá ser realizada reunião entre o empreendedor e os representantes das principais entidades envolvidas e entrega de cópia do presente PAE.





2. DESCRIÇÃO DA BARRAGEM E ESTRUTURAS ASSOCIADAS

2.1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA BARRAGEM

A CGH Santa Cruz é uma usina existente, identificada no rio Tacanica.

Em 1950 foi autorizada a concessão para exploração da energia da CGH Santa Cruz para o senhor José Ermírio de Moraes, por meio do Decreto nº 28.575/1950. Sua construção foi iniciada em 1952 e iniciou sua operação em 1954, estando em operação desde então.

Em 1988, por meio da Portaria n°1.491/1988, foi renovada a concessão outorgada à Companhia de Cimento Portland Rio Branco.

Em 1999, através da Resolução n°321/1999, foi transferida para a Cimento Rio Branco S.A., a concessão para explorar o potencial hidráulico da CGH Santa Cruz.

Em 2016, por meio da Resolução Autorizativa n°5.814/2016, transferiu-se da Cimento Rio Branco S.A. para a Votorantim Cimentos S.A. a autorização para exploração da CGH Santa Cruz.

A seguir é apresentada a ficha técnica da usina, contendo as principais informações disponibilizadas pelo empreendedor:





Tabela 1. Ficha técnica

Localização	
Rio	Tacaniça
Municípios Atingidos	Rio Branco do Sul/PR
Potência	
Potência Instalada	1,5 MW
Reservatório	
Área Inundada	0,381 km²
Volume na El. Máx.Normal	0,376 x 10 ⁶ m ³
Barragem	
Tipo	Concreto Ciclópico / Gravidade
Comprimento da Crista	105,70 m
Altura Máxima	9,5 m
Vertedouro	
Tipo	Soleira Livre
TR 500 anos Aflu.78 m³/s Deflu 50,5 m³/s	NA 807,47 m (Borda livre 53 cm)
TR milenar Aflu.84 m³/s Deflu 54 m³/s	NA 807,54 m (Borda livre 46 cm)
Conduto Adutor	
Comprimento	1.224,0 m
Diâmetro	1,5 m
Chaminé de Equilíbrio	
Tipo	Concreto Armado
Altura	11,0 m
Conduto Forçados	
Seção	Circular
Quantidade	1
Diâmetro / Comprimento Médio	1,5 m / 135,0 m
Casa de Força	
Tipo	Abrigada
Nº Unidades	1
Turbinas	
Tipo	Francis eixo horizontal
Potência Nominal	1,5 MW
Queda Nominal	83 m





2.2. LOCALIZAÇÃO DA USINA

A Pequena Central Hidrelétrica Santa Cruz está localizada no rio Tacaniça, no município de Rio Branco do Sul, próximo aos municípios de Cerro Azul, Bocaiúva do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré e Itaperuçu, todos situados no estado do Paraná.

A CGH Santa Cruz está localizada no rio Tacaniça, na Bacia 8, do rio Paraná, e Sub-Bacia 81, dos rios Paraná, Paranapanema e outros, no estado do Paraná. O rio Tacaniça é afluente do rio Conceição que deságua no rio Açungui, um dos principais formadores do rio Ribeira do Iguape. Possui uma extensão de 33,57 km e sua área de drenagem é de 144,47 km².

A CGH Santa Cruz possui coordenadas geográficas aproximadas da barragem 25° 09' 06,91" Sul e 49° 24' 46,01" Oeste, conforme apresentado na figura a seguir.

O acesso ao local da usina, a partir de Curitiba, se faz pela rodovia PR-092 (Rodovia dos Minérios) até o município de Rio Branco do Sul. Deste, o acesso ao eixo do barramento se faz por estrada municipal não pavimentada, por aproximadamente 16 km, conforme apresentado na Figura 1 a seguir.



Figura 1. Acesso ao Empreendimento.





2.3. CARACTERÍSTICAS HIDROLÓGICAS E RESERVATÓRIO

O nível de água máximo normal no reservatório da CGH Santa Cruz foi fixado na El. 806,21 m (soleira do vertedor). De acordo com a curva cota x área x volume, nesta elevação, o reservatório deverá acumular um volume na ordem de 0,376 hm³ e ocupar uma área de 0,381 km². O nível d'água máximorum é El. 807,47m. De acordo com a curva cota x área x volume, nesta elevação, o reservatório deverá acumular um volume na ordem de 0,463 hm³ e ocupar uma área de 0,406 km²

O seu entorno é composto, em boa parte, por vegetação de floresta, em sua maioria localizada na margem direita, por plantações e pela ocupação humana. Junto à margem esquerda do reservatório existe uma estrada rural, que interliga algumas comunidades e pequenas vilas situadas às margens do reservatório.

A imagem do reservatório formado pela barragem da CGH Santa Cruz é apresentada na Figura 2 a seguir.



Figura 2. Imagem do Reservatório.





A CGH Santa Cruz e seu respectivo reservatório estão inseridos em unidades litológicas da Formação Votuverava do Grupo Açungui formadas no Proterozóico Superior em terrenos cristalinos de baixo grau metamórfico (fácies xisto verde a anfibolito). A Formação Votuverava é constituída por metaconglomerados, metasedimentos siltico-argilosos que incluem metasiltitos, micaxistos, filitos grafitosos, sericita xistos, metarritimitos, entre outras litologias e mármores impuros, metcalcários calcíticos, filitos e metassedimentos clásticos não diferenciados. Verificase que as rochas que compõem essa formação sofreram efeitos da deformação transcorrente, sendo que em algumas faixas podem ser constatadas diversas estruturas sedimentares primárias.

Informa-se ainda que a Formação Votuverava foi inserida no Grupo Açungui por Bigarella & Salamuni (1958), sendo que em estudos mais recentes, como por exemplo Faleiros (2008), foi elevada a grupo sendo caracterizada por uma sequência essencialmente vulcanossedimentar, com magmatismo básico expressivo, representado na forma de intercalações lenticulares, concordantes com a estrutura primária de metabasitos.

Observa-se que é uma área sofrem com sismos de baixa intensidade (microssismos, muito pequeno) raramente com sismos pequenos, todavia a barragem pode sofrer com sismos causados por atividades de mineração do seu entorno.

Atualmente a Votorantim Cimentos poderá acompanhar eventos a partir da estação sismográfica, com identificação VC-MSA-01, localizada na área da Mina Saivá em Rio Branco do Sul – coordenadas Lat: 25°10'18.2"S / Long: 49°20'24.1"W ou UTM: Zona 22J – Long: 667.288,79 m E / Lat: 7.215.006,56 m S – distante aproximadamente 7,67 km da barragem da CGH Santa Cruz.

A revisão dos dados hidrológicos e hidráulicos foi efetuada pela análise dos estudos de vazões de enchente contidas no relatório PROJETO AS BUILT CGH SANTA CRUZ, revisão de 17/08/2020 de autoria da Tractebel Engineering.

O estudo apresentou a série de vazões médias mensais da CGH Santa Cruz de 1986 a 2018 conforme Tabela 2 abaixo.





Tabela 2. Vazões médias mensais

	Série de Vazões Médias Mensais (m³/s) - AD = 89,30 km²												
Data	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
1986	0,52	0,63	0,68	0,34	0,43	0,35	0,27	0,45	0,26	0,43	0,88	2,46	0,64
1987	0,87	0,98	0,45	0,59	2,65	2,10	1,21	0,80	0,73	1,04	0,91	0,71	1,09
1988	0,60	0,84	1,08	0,77	2,59	1,65	1,01	0,74	0,80	0,68	0,48	0,62	0,99
1989	1,13	1,52	1,23	2,01	2,33	1,07	1,15	1,18	2,12	1,17	1,20	1,16	1,44
1990	6,26	2,45	2,05	1,57	1,31	1,84	3,39	3,09	3,14	2,57	3,47	1,64	2,73
1991	1,42	1,32	1,34	1,23	1,13	1,42	1,01	0,99	0,72	1,25	1,11	1,30	1,19
1992	0,78	1,07	2,73	1,67	3,75	2,75	1,67	2,62	1,66	1,86	1,41	1,11	1,92
1993	1,45	2,19	1,97	1,23	2,05	1,95	2,52	1,65	4,64	4,62	1,87	2,90	2,42
1994	1,70	1,79	1,69	1,42	1,28	1,60	2,39	1,13	0,82	1,29	1,21	1,67	1,50
1995	7,27	3,93	2,20	1,46	1,15	1,36	1,88	1,21	1,76	2,10	1,71	1,32	2,28
1996	3,54	3,26	4,70	2,40	1,62	1,25	1,49	1,46	2,06	3,94	2,46	2,91	2,59
1997	4,64	5,11	2,64	1,43	1,07	1,39	1,16	1,32	2,07	3,45	4,87	2,64	2,65
1998	5,56	4,50	4,71	5,36	5,10	2,78	4,22	5,51	6,06	6,72	2,45	1,60	4,55
1999	1,51	2,68	1,72	1,25	0,96	1,33	2,31	0,98	0,99	0,72	0,63	0,56	1,30
2000	0,81	1,50	1,63	0,72	0,58	0,67	0,82	0,72	3,32	2,59	1,46	2,39	1,43
2001	2,30	2,75	3,01	1,77	2,16	2,14	2,24	1,64	1,33	3,38	1,74	1,30	2,15
2002	2,48	1,42	1,14	0,86	1,04	0,69	0,62	1,02	1,40	1,21	1,28	2,03	1,26
2003	1,43	2,15	1,87	1,31	0,78	1,18	1,24	0,82	0,88	0,83	0,96	1,98	1,29
2004	1,19	1,42	2,00	1,31	1,50	1,89	1,58	1,04	0,88	1,38	1,08	1,30	1,38
2005	2,02	1,15	0,76	0,71	0,78	0,86	0,99	1,04	3,50	3,26	1,96	1,11	1,51
2006	0,80	0,61	0,57	0,37	0,28	0,25	0,31	0,25	0,78	0,91	1,05	1,14	0,61
2007	1,74	1,80	1,13	0,79	1,60	0,85	0,90	0,59	0,53	0,48	0,70	1,06	1,01
2008	1,65	0,88	0,79	0,97	1,39	1,45	0,84	1,59	0,83	1,64	1,08	0,64	1,15
2009	0,80	1,73	1,22	0,66	0,56	0,51	2,40	1,53	3,47	2,65	1,93	1,47	1,58
2010	3,02	3,98	3,13	3,21	2,46	1,79	1,78	1,46	0,98	1,08	0,75	2,21	2,16
2011	2,97	4,27	1,85	1,18	0,90	1,14	1,74	4,30	2,04	1,76	1,21	0,91	2,02
2012	1,39	0,97	0,72	1,03	0,98	2,89	1,39	0,91	0,80	1,10	0,82	1,03	1,17
2013	1,04	1,58	1,98	1,17	1,20	2,06	2,45	1,30	1,62	2,01	1,11	0,88	1,53
2014	1,13	0,80	1,10	0,91	0,83	3,29	1,07	0,84	1,64	1,26	1,09	1,25	1,27
2015	1,59	3,02	1,68	1,10	2,21	1,87	4,28	1,74	1,62	1,52	1,61	3,69	2,16
2016	5,32	2,41	1,70	1,08	1,61	1,76	2,01	2,62	1,84	1,47	1,08	1,20	2,01
2017	2,27	3,14	1,44	0,97	1,00	2,19	0,86	0,86	0,52	1,31	1,34	1,28	1,43
2018	3,53	1,99	2,18	1,54	0,96	0,88	0,58	0,47	0,38	1,51	0,59	0,51	1,26
Mínima	0,52	0,61	0,45	0,34	0,28	0,25	0,27				0,48	0,51	0,61
Média	2,26	2,12			1,52		1,63		1,70			1,51	1,69
Máxima	7,27	5,11	4,71	5,36	5,10	3,29	4,28	5,51	6,06	6,72	4,87	3,69	4,55





A seguir são apresentados o resultado do estudo de cheia do local da CGH que considerou a distribuição Gumbel como a mais representativa (Tabela 3) e o método de Fuller para definir os valores de pico das vazões extremas (Tabela 4).

Tabela 3. Distribuição de Gumbel

Vazão máxima instantânea (m³/s)
Gumbel
24
34
41
50
57
63
78
84
99
105

Tabela 4. Níveis e descargas para as principais cheias de projeto

Tempo de	Vazão afluente	Vazão defluente	Nível máximo do
recorrência -	máxima	máxima	reservatório
TR	(m³/s)	(m³/s)	(m)
Crista do vertedouro	-	-	806,21
Normal de operação	-	0,17	806,25
500 anos	78	50,5	807,47
1000 anos	84	54	807,54

2.4. DESCRIÇÃO GERAL DAS ESTRUTURAS PRINCIPAIS

A CGH Santa Cruz é composta por soleira vertente, provavelmente executada com concreto ciclópico, com fechamento nas ombreiras por barragem do tipo gravidade, também em concreto ciclópico. O circuito de geração está localizado na margem esquerda do rio, composto por tomada d'água de baixa pressão, conduto de adução, canal de adução elevado, chaminé de equilíbrio, e um conduto forçado até a casa de força, abrigando uma unidade de turbina do tipo Francis Horizontal.

Plano de Ação de Emergência - PAE





O nível de montante conforme cadastro está na El. 806,21 m, e o nível de jusante na El. 727,50 m, perfazendo uma queda bruta de 78,71 m.

A CGH Santa Cruz contempla as seguintes estruturas principais:

- Barragem e Vertedouro;
- Tomada de Água de Baixa pressão;
- Conduto de adução;
- Chaminé de equilíbrio;
- · Conduto forçado;
- Casa de força;
- · Canal de fuga;
- Subestação.

A barragem da CGH Santa Cruz, localizada logo a montante de uma pequena cachoeira, possui altura máxima de 9,50 m e, aproximadamente, 100 m de extensão, sendo 43,28 m na ombreira direita e 48,02 m na ombreira esquerda, tendo sido provavelmente executada em concreto ciclópico. Conforme cadastro topográfico, a crista da barragem se localiza entre as El. 807,50 m e El. 807,25 m.

O vertedouro é do tipo soleira livre e foi executado provavelmente em concreto ciclópico. A estrutura do vertedouro possui perfil hidráulico definido, entretanto, foi executada uma mureta sobre sua crista para aumentar, provavelmente, o nível do reservatório, aumentando a queda e a submergência na tomada d'água de baixa pressão. Conforme cadastro topográfico a crista corresponde a El. 806,21 m e 15,30 m de extensão.

A curva de descarga do vertedouro foi revisada no relatório RHA-30-2022-RT-C01 em 2023 em função do novo levantamento detalhado da soleira livre (Figura 3). Esta curva de descarga está apresentada a seguir (Figura 4) e possui elevação média da soleira (NA normal El.806,21). Com a obtenção desta curva foi possível levantar a elevação mínima de operação do reservatório para permitir a manutenção da vazão sanitária outorgada de 0,17 m³/s, onde se definiu o nível mínimo operacional de geração na El.806,25 m.





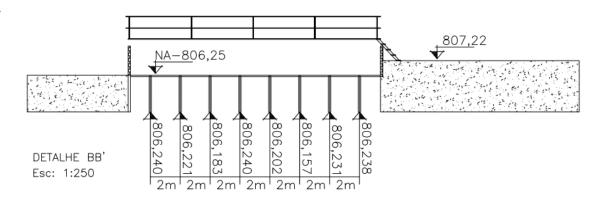


Figura 3. Croqui do levantamento topográfico da soleira vertente

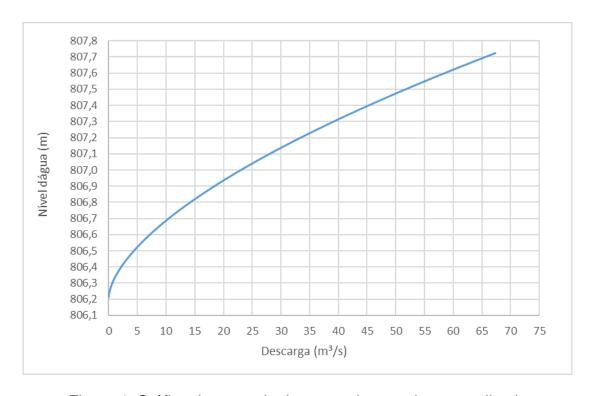


Figura 4. Gráfico da curva de descarga do vertedouro atualizada

A tomada d'água de baixa pressão, com uma única abertura de 1,50 m, está localizada na margem esquerda e está incorporada ao barramento de concreto, com cota da soleira na El. 802,20 m.

A partir da tomada d'água de baixa pressão, a adução é realizada por meio de conduto de concreto, constituído de três trechos distintos. O primeiro é um conduto de adução de concreto, apoiado sobre bloco de concreto, com 1,50 metros de diâmetro. O segundo trecho, é um canal retangular aberto elevado sobre pórticos de concreto,





necessário para vencer um pequeno vale. O terceiro trecho é também um conduto de concreto com as mesmas dimensões do trecho inicial. O comprimento total da adução da CGH Santa Cruz é de 1.250,00 m.

A chaminé de equilíbrio foi executada em concreto armado com altura de 9,50 m, sendo que a partir dela segue o conduto forçado até a casa de força.

O conduto forçado tem seção circular, com diâmetro de 1,20 m e comprimento total de 155,00 m.

A estrutura do canal de fuga foi executada em concreto armado e desemboca diretamente do rio Tacaniça.

A casa de força da CGH Santa Cruz possui 1 máquina do tipo Francis Simples Horizontal, com potência total instalada de 1,50 MW.





3. RECURSOS MATERIAIS E LOGÍSTICOS

Quadro 9. Lista de Recursos Renováveis para Gestão de Emergências

Materiais e Equipamentos	Local de Depósito
Sacos, areia, gravilha, brita graduada*	Fábrica/terceiros
Material de escoramento e entivação, Membrana PVC	Fábrica
Diversas ferramentas e material para trabalhos de manutenção	Fábrica/terceiros
Combustíveis e lubrificantes	Casa de Turbinas
Malas de assistência médica	Fábrica

^{*}adquirir

Quadro 10. Lista de Recursos Mobilizáveis para Gestão de Emergência

Dana / Equipara	antoo	Características	Local de
Bens / Equipame	entos	(capacidade,	Estacionamento e/ou
		tonelagem)	depósito
	Pá carregadeira	235 hp	Mineração Itaretama
	Escavadeira 185 hp	185 hp	Mineração Itaretama
Equipamento	Guindaste	50 t	Mineração Itaretama
	Caminhão basculante	14m³	Mineração Itaretama
	Caminhão Pipa	aminhão Pipa 20 m³	
	Bote/ Bote inflável		Mediante locação
Meios de	Viatura todo terreno		Vigilância com ronda
Transporte	Viatura todo terreno		diária
	Gerador diesel		Casa de turbinas
	Meios de		
	Comunicação		Casa de turbinas
	Portáteis		
Equipamento	Projetores, lâmpadas		Casa de turbinas
Lquipamento			Plano de
	Sirono longo distâncio		comunicação: Mapa
	Sirene longa distância		localização de sirenes
			de alerta





4. AVALIAÇÃO E ANÁLISE DE RISCOS DA BARRAGEM

A avaliação e análise do risco eminente da barragem poderá ser levantada pela auscultação desta estrutura, que resumidamente pode ser a avaliação da instrumentação instalada, das inspeções técnicas ou ambas associadas.

Portanto, o objetivo da instrumentação é ser fonte de informações sobre o comportamento das estruturas, contribuindo para o entendimento de seu comportamento assim como auxiliar na determinação da necessidade de manutenção. A barragem da CGH Santa Cruz vem sendo monitorada por 4 medidores de vazão. Um instalado na ombreira esquerda, dois junto ao muro lateral da direita hidráulica e terceiro instalado na região do descarregador de fundo. Os instrumentos MV-1 e MV-2 se localizam na margem esquerda e os MV-3 e MV-4 na margem direita da barragem.

Considera-se uma situação qualquer ocorrência gerada por eventos naturais ou provocados, que em combinação com a resposta da barragem, podem dar origem a deteriorações e que, no caso mais extremo, pode ocasionar a ruptura, levando a liberação súbita do volume de água armazenado.

Segundo ICOLD, 1994, o conceito deterioração engloba causas, efeitos e consequências, sendo:

- As causas, que resultam das ações e que são provocadas por eventos naturais ou pela ação humana e introduzem solicitações nas obras que influenciam no comportamento delas;
- Os efeitos, que estão relacionados com o comportamento da estrutura, ou seja, dependem da resposta da estrutura e que se traduzem em grandezas medidas pelo sistema de observação; são elas as extensões e tensões, as deformações, os deslocamentos e os movimentos relativos, as vazões drenadas e infiltradas, as subpressões, as pressões neutras;
- As consequências, que ocorrem quando os efeitos atingem determinados valores limites e têm como resultado as deteriorações visíveis, como por exemplo: as expansões do concreto, as fissurações, os deslizamentos e os assentamentos excessivos, assim como os galgamentos, as erosões internas, as vazões excessivas, as rupturas etc.





A classificação do nível de resposta deve ser feita em cinco níveis, de acordo com a descrição das características gerais de cada situação de emergência em potencial da barragem.

No Quadro 11 a seguir, são indicados os níveis de resposta da barragem com base no tipo de anomalia identificada e situação estrutural.

Quadro 11. Classificação do nível de resposta

Nível de resposta	Descrição
Normal (Nível 0)	Quando as anomalias encontradas ou a ação de eventos externos à barragem não comprometam a segurança da barragem, mas devam ser controladas e monitoradas ao longo do tempo.
Atenção (Nível 1)	Quando as anomalias encontradas ou a ação de eventos externos à barragem não comprometam a segurança da barragem no curto prazo, mas devam ser controladas, monitoradas ou reparadas.
Alerta (Nível 2)	Quando as anomalias encontradas ou a ação de eventos externos à barragem representem risco à segurança da barragem, no curto prazo, devendo ser tomadas providências para a eliminação do problema.
Emergência (Nível 3)	Quando as anomalias encontradas ou a ação de eventos externos à barragem representem risco de ruptura iminente, devendo ser tomadas medidas para prevenção e redução dos danos materiais e humanos decorrentes do colapso da barragem.
Risco Hidrológico (Nível azul)	Cheia natural (monitoramento das vazões afluentes e oscilação de níveis d'água do reservatório) que possa a vir trazer risco à segurança da barragem, galgamento, instabilidade do barramento.

Nos Quadro 12 a Quadro 19 a seguir, são apresentadas, para a CGH Santa Cruz, os indicadores, qualitativos e nível de resposta:





Quadro 12. Definição do Nível de Resposta em Função do Tipo de Ocorrência Excepcional ou de Circunstância Anômala.

Ocorrência Excepcional ou Circunstância Anômala	Cenários Possíveis	Nível de Resposta
Cheias	 Aumento excessivo do nível de água no reservatório; Galgamento; Ruptura da barragem 	Deve ser estabelecido com base em indicadores quantitativos: níveis no reservatório e vazão afluente. Risco Hidrológico.
Sismos	 Ruptura da barragem; Inoperacionalidade dos órgãos extravasores da barragem; Perda de borda livre; Deslizamento nos taludes da barragem; Deslizamento de encostas 	Deve ser estabelecido com base em indicadores quantitativos. Normal/Atenção/Alerta
Falha de órgãos extravasores ou de equipamento de operação	Redução da capacidade de vazãoGalgamento	Normal (fora da época de cheias). Atenção/Alerta (durante época de cheias ou bacias sujeitas a cheias repentinas)
Falha dos sistemas de notificação e	Impossibilidade de notificação	Normal/Atenção (fora da época de cheias)
alerta	Impossibilidade de alerta	Atenção/Alerta (na época de cheias)
Falha da instrumentação	Falta de dados de observaçãoDificuldade em avaliar a situação da barragem	Atenção/Alerta
Anomalias relacionadas com o comportamento estrutural	 Fendilhação, infiltrações no corpo da barragem e fundação e movimentos diferenciais; Fenômenos de deterioração no concreto Instabilidade estrutural, risco de ruptura Conjunto de grandezas que se traduzem em efeitos (variação de deslocamentos horizontais e verticais, movimentos de juntas, vazões e subpressões) 	Normal/Atenção/Alerta





Quadro 13. Indicadores Qualitativos Detectáveis pela Inspeção Visual.

Inspeção Visual	Situação	Cenários Possíveis de Incidentes e/ou acidentes	Eventuais Medidas de Intervenção	Nível de Resposta
	Sedimentos afluentes	Degradação das margens	 Melhorias a nível da conservação do solo da bacia hidrográfica Valas perimetrais no reservatório 	Atenção
Reservatório	 Subida do nível de água acima do NMM devido a cheias superiores à cheia de projeto 	Potencial galgamento da obra	 Rebaixamento do nível de água no reservatório (bombeamento) Observação 	Risco Hidrológico
Corpo da barragem	 Movimentos, fissuras e trincas Erosões Zonas úmidas e/ou ressurgências no talude de jusante ou na inserção da barragem na fundação 	 Perda de borda livre Erosão interna Instabilidade do corpo do aterro Instabilidade global aterrofundação 	 Rebaixamento do nível de água no reservatório Obras de reabilitação a definir consoante o tipo e magnitude do problema (por exemplo: alteamento da crista, rebaixamento da soleira, execução de bermas estabilizadoras e de drenagem a jusante, obras de impermeabilização a montante etc.) Reforço da observação 	Normal/Atenção/Alerta
Ombreiras da Barragem	• Surgências nas ombreiras	 Eventual arrastamento de materiais finos do trecho superficial da fundação, do aterro, do preenchimento de caixas de falha e/ou de fraturas 	 Intervenções de impermeabilização a montante e/ou de filtragem/drenagem e confinamento a jusante Observação 	Atenção
Vertedouro	 Movimentos, erosões, fissuras, fendas Deposição de materiais/ obturação 	 Alterações químicas do concreto Instabilidade estrutural Modificação das condições de escoamento 	 Intervenções de reabilitação Intervenções de limpeza/reposição das condições de escoamento Reforço estrutural Observação 	Normal/Atenção/Alerta
Instrumentação	Inoperacionalidade e/ou funcionamento deficiente da instrumentação	 Ocorrência de funcionamentos anômalos do corpo da barragem e/ou fundação, associados às grandezas em observação, sem possibilidade de detecção 	 Intervenções de impermeabilização a montante e/ou de filtragem/drenagem e confinamento a jusante Observação 	Atenção





Quadro 14. Indicadores Qualitativos Associados ao Sistema de Instrumentação.

Dispositivo	Grandeza	Situação	Cenários Possíveis de Incidentes e/ou acidentes	Eventuais Medidas de Intervenção	Nível de Resposta
Medidores de vazão	Vazão	 Incremento importante das vazões totais (comparar com os níveis do reservatório, se ocorreram variações recentes e a que taxa). Vazões medidas superiores às calculadas no projeto Material fino em suspensão carreados pelas águas de percolação 	elementos de impermeabilização da fundação	 Rebaixamento do nível do reservatório Drenagem Obras de reabilitação (por exemplo, reforço dos órgãos de impermeabilização, implementação de obras de drenagem e de proteção etc.) Intensificação da observação 	Atenção/Alerta





Quadro 15. Indicadores Quantitativos Associados ao Sistema de Instrumentação Nível Normal

Ação	Quando	Tipo da Ação
Promove a avaliação da natureza e extensão do incidente ou ocorrência. Declara manutenção do nível de resposta	Após detecção da anomalia ou ocorrência	Classificação do nível de resposta.
Notifica os recursos internos no sentido de manterem a normal operação, mas "intensificarem o monitoramento ou a observação"; Notifica Empreendedor; Quando justificável, promove contato com as entidades externas com responsabilidades instituídas: • INMET, INPE e CEMADEN para informação meteorológica	Após identificar nível de resposta	Notificação interna.
 Intensifica o monitoramento das afluências ou a observação da barragem; Monitora as descargas para jusante da barragem; Registra todas as observações e ações; Mobiliza os meios de apoio humanos, materiais e logísticos considerados necessários 	Durante possível evolução da situação	
 Implementa medidas preventivas: realiza descargas, no caso de cheias; controla o nível de água no reservatório de modo a evitar o deslizamento ou baixa-o de forma a minimizar os danos decorrentes, no caso de deslizamento de encostas; eventualmente promove o deslocamento de técnicos especialistas à barragem, para avaliar a natureza e extensão do incidente e propor medidas (intervenções de reforço da barragem, manutenção ou substituição de equipamento), no caso de outras ocorrências 	Durante possível evolução da situação	Implementação de medidas preventivas e corretivas em função do tipo de ocorrência.
Verifica: • se as medidas implementadas resultam (ou se a situação deixar de constituir possível evolução da ameaça), • se a situação evolui para o nível de resposta Amarelo	Após aplicação das medidas	Reclassificação do nível de resposta.





Quadro 16. Indicadores Quantitativos Associados ao Sistema de Instrumentação Nível Atenção

Ação	Quando	Tipo da Ação
Promove a avaliação da natureza e extensão do incidente.	Após detecção da anomalia ou ocorrência	Classificação do nível de resposta.
 Notifica os recursos internos: no caso de cheias ou deslizamento iminente de encostas: notificação de estado de vigilância permanente: 24h/dia; nos casos restantes: notificação no sentido de "intensificarem o monitoramento ou a observação"; Notifica Empreendedor; Promove contato com entidades externas com responsabilidades instituídas: INMET, INPE e CEMADEN para informação sísmica ou meteorológica; Entidade Fiscalizadora para informação com base no monitoramento contínuo das afluências: 24h/dia 	Após identificar nível de resposta	Notificação interna e externa das entidades com responsabilidades instituídas para apoio à gestão da emergência.
 Implementa o monitoramento contínuo das afluências ou a observação mais intensa da barragem; Monitora as descargas para jusante da barragem e consulta o mapa de inundação do vale a jusante; Registra todas as observações e ações; Verifica a operacionalidade dos meios de emergência: dos sistemas de comunicação, das comportas, dos grupos de emergência, dos Sistemas de notificação e alerta Mobiliza os meios de apoio humanos, materiais e logísticos considerados necessários 	Após identificar nível de resposta e ao longo de toda a situação de Atenção	Monitoramento da situação.





Ação	Quando	Tipo da Ação
 Implementa medidas preventivas e corretivas: realiza descargas, no caso de cheias controla o nível de água no reservatório de modo a evitar o deslizamento ou baixa-o de forma a minimizar os danos decorrentes, no caso de deslizamento de encostas. promove a deslocação de técnicos especialistas à barragem, para avaliar a natureza e extensão do incidente e propor medidas (condicionar a operação do reservatório, intervenções de reforço da barragem, manutenção ou substituição de equipamento), no caso de outras ocorrências (sismos, falha de órgãos extravasores ou Sistemas de notificação e alerta, anomalia do comportamento estrutural, ação criminosa ou fatores de risco) não aplica qualquer medida no caso de falha na instrumentação (não aplicável a este nível de resposta) 	Durante a situação de Atenção	Implementação de medidas preventivas e corretivas em função do tipo de ocorrência.
 Notificação entre entidades: Entidade Fiscalizadora e barragens a montante e a jusante Mantém o contato com as entidades alertadas durante a ocorrência com informações regulares e sempre que os níveis de água no reservatório e os volumes descarregados se alterem significativamente Alerta: quando aplicável, aciona o sinal de aviso de descarga dos órgãos extravasores para população na ZAS 	Durante a situação de Atenção	Implementação de medidas preventivas e corretivas em função do tipo de ocorrência
 Verifica: se as medidas implementadas resultam (ou se a ocorrência deixa de constituir ameaça) elaborando o relatório de encerramento de eventos de emergência. se a situação evolui para o nível de resposta Laranja 	Após aplicação das medidas	Reclassificação do nível de resposta.





Quadro 17. Indicadores Quantitativos Associados ao Sistema de Instrumentação Nível Alerta.

Ação	Quando	Tipo da Ação
Promove a avaliação da natureza e extensão do acidente.	Após detecção da anomalia ou	Classificação do nível de
Declara nível de resposta Alerta	ocorrência	resposta.
Notifica os recursos internos no sentido de ficarem em estado de vigilância permanente: 24h/dia Notifica Empreendedor Promove contato com entidades externas com responsabilidades instituídas: INMET, INPE e CEMADEN para informação sísmica ou meteorológica Entidade Fiscalizadora para informação com base no monitoramento contínuo das afluências – 24h/dia	Após identificar nível de resposta	Notificação interna dos recursos e externa das entidades com responsabilidades instituídas para apoio à gestão da emergência.
 Procede à evacuação de todo o pessoal que trabalha no aproveitamento não necessário para a gestão da emergência (nomeadamente, o que trabalha na central) Condiciona o acesso à zona da barragem; Implementa o monitoramento contínuo das afluências ou a observação mais intensa da barragem; Monitora as descargas para jusante da barragem e consulta o mapa de inundação do vale a jusante; Registra todas as observações e ações; Verifica a operacionalidade dos meios de emergência: dos sistemas de comunicação, das comportas, dos grupos de emergência, dos Sistemas de notificação e de alerta; Mobiliza os meios de apoio humanos, materiais e logísticos considerados necessários; 	Após identificar nível de resposta e ao longo de toda a situação de alerta	Monitoramento da situação.
 Implementa medidas preventivas e corretivas: procede à abertura total e simultânea de todos os órgãos extravasores e mantém descargas até ao limite máximo fisicamente possível, no caso de: Cheias; Deslizamento de encostas; promove o deslocamento de técnicos especialistas à barragem para avaliar a natureza e extensão do acidente e propõe medidas (condicionar a exploração ou esvaziar o reservatório, intervenções de reforço da barragem, manutenção ou 	Durante a situação de alerta	Implementação de medidas preventivas e corretivas em função do tipo de ocorrência.





Ação	Quando	Tipo da Ação
substituição de equipamento), no caso de sismos, anomalia do comportamento estrutural, ação criminosa ou atos de guerra • não aplica qualquer medida (a este nível de resposta) no caso de falha dos órgãos extravasores, dos Sistemas de notificação e de alerta ou da		
instrumentação e fatores de risco		
Notificação entre entidades:		
 Entidade Fiscalizadora e barragens a montante e a jusante em âmbito municipal, as Comissões Municipais de Defesa Civil (COMDEC) que acionam diversos órgãos da administração pública municipal (por exemplo, secretarias municipais de saúde, serviços de águas e esgoto); em âmbito estadual, as Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil (CEDEC), órgãos ligados aos gabinetes dos Governadores que acionam os meios associados aos órgãos estaduais (por exemplo, polícia militar e os Corpos de bombeiros); CENAD. Mantém o contato durante a ocorrência com informações regulares e sempre que os níveis de água no reservatório e os volumes descarregados se alterem significativamente Organiza reuniões periódicas com estas entidades para avaliação e discussão da situação, participa nos briefings promovidos pelos serviços de Defesa Civil e com estas coordena estratégia para disseminação de informação para a Comunicação Social e para o Público Alerta: Aciona o sinal de descarga ou de aviso para entrar em estado de "prontidão" 	Durante a situação de alerta e aviso	(ver contatos no Item 1.2).
para eventual evacuação da população na ZAS Verifica:		
 se as medidas implementadas resultam (ou se a ocorrência deixa de constituir ameaça) elaborando o relatório de encerramento de eventos de emergência. se a situação evolui para o nível de resposta Vermelho 	Após aplicação das medidas	Reclassificação do nível de resposta.





Quadro 18. Indicadores Quantitativos Associados ao Sistema de Instrumentação Nível Emergência.

Ação	Quando	Tipo da Ação
Promove a avaliação da natureza e extensão do acidente.	Após detecção da anomalia ou	Classificação do nível de
Declara nível de resposta Emergência	ocorrência	resposta.
Notifica os recursos internos no sentido de ficarem em estado de vigilância permanente: 24h/dia Notifica Empreendedor Promove contato com entidades externas com responsabilidades instituídas: • INMET, INPE e CEMADEN para informação sísmica ou meteorológica	Após identificar nível de resposta	Notificação interna dos recursos e externa das entidades com responsabilidades instituídas
Entidade Fiscalizadora para informação com base no monitoramento contínuo das afluências – 24h/dia		para apoio à gestão da emergência.
 Procede à evacuação de todo o pessoal que trabalha no aproveitamento, a não ser o estritamente fundamental para a gestão da emergência Veda o acesso à zona da barragem Implementa o monitoramento contínuo das afluências ou a observação mais intensa da barragem Monitora as descargas para jusante da barragem e consulta o mapa de inundação do vale a jusante Registra todas as observações e ações Verifica a operacionalidade dos meios de emergência: dos sistemas de comunicação, das comportas, dos grupos de emergência, dos sistemas de patificação e de alette. 	Após identificar nível de resposta e ao longo de toda a situação de alerta	Monitoramento da situação.
notificação e de alerta • Mobiliza os meios de apoio humanos (os estritamente fundamentais), bem como os recursos materiais e logísticos considerados necessários		
 Implementa medidas preventivas e corretivas: procede à abertura total e simultânea de todos os órgãos extravasores e mantém descargas até ao limite máximo fisicamente possível, no caso de: Cheias Deslizamento de encostas reduz o armazenamento ou esvazia o reservatório, no caso de: Sismos ou anomalia do comportamento estrutural Ação criminosa ou atos de guerra não aplica qualquer medida (a este nível de resposta) no caso de falha nos órgãos extravasores, nos Sistemas de notificação e de alerta e fatores de risco 	Durante a situação de alerta	Implementação de medidas preventivas e corretivas em função do tipo de ocorrência.





Ação	Quando	Tipo da Ação
 Notificação entre entidades: Entidade Fiscalizadora e barragens a montante e a jusante em âmbito municipal, as Comissões Municipais de Defesa Civil (COMDEC) que acionam diversos órgãos da administração pública municipal (por exemplo, secretarias municipais de saúde, serviços de águas e esgoto); em âmbito estadual, as Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil (CEDEC), órgãos ligados aos gabinetes dos Governadores que acionam os meios associados aos órgãos estaduais (por exemplo, polícia militar e os Corpos de bombeiros); CENAD. Mantém o contato durante a ocorrência com informações regulares e sempre que os níveis de água no reservatório e os volumes descarregados se alterem significativamente Organiza reuniões periódicas com estas entidades para avaliação e discussão da situação, participa nos briefings promovidos pelos serviços de Defesa Civil e com estas coordena estratégia para disseminação de informação para a Comunicação Social e para o Público. Alerta: Aciona o sinal de descarga ou de aviso para entrar em estado de "prontidão" para eventual evacuação da população na ZAS 	Durante a situação de alerta e aviso	(ver contatos no Item 1.2).
 Verifica: se as medidas implementadas resultam (ou se a ocorrência deixa de constituir ameaça) e se a situação retrocede para o nível de resposta Laranja se ocorre a ruptura e elabora o relatório de encerramento de eventos de emergência 	Após aplicação das medidas	Reclassificação do nível de resposta.





Quadro 19. Indicadores Detectáveis pelo Risco Hidrológico (Dashboard interno implementado)

Ação	Quando	Tipo da Ação	
 Manter monitoramento dos níveis d'água do reservatório e das vazões afluentes. Notificação interna responsável Técnico da Barragem. Avaliar Funcionamento dos sistemas de prevenção para segurança ou meio ambiente. Possibilidade de indicação da manutenção condição normal aos órgãos fiscalizadores e Defesa Civil. 	Variação normal do Nível D'água do reservatório: NAs até 806,55 m	Acompanhamento rotineiro	
 Subida do nível de água acima do NA Máximo Normal. Subida abrupta do reservatório. 	Variação acima do normal do Nível D'água do reservatório: NAs superiores à 806,55 m até 807,5. Ou subida ou rebaixamento rápido.		
Devido a cheias superiores à cheia de projeto.	Potencial galgamento/Ruptura da barragem	 Rebaixamento do nível de água no reservatório Obras de reabilitação a definir consoante o tipo e magnitud do problema (por exemplo: alteamento da crista rebaixamento da soleira, execução de berma estabilizadoras e de drenagem a jusante, obras d impermeabilização a montante etc.) Reforço da observação 	



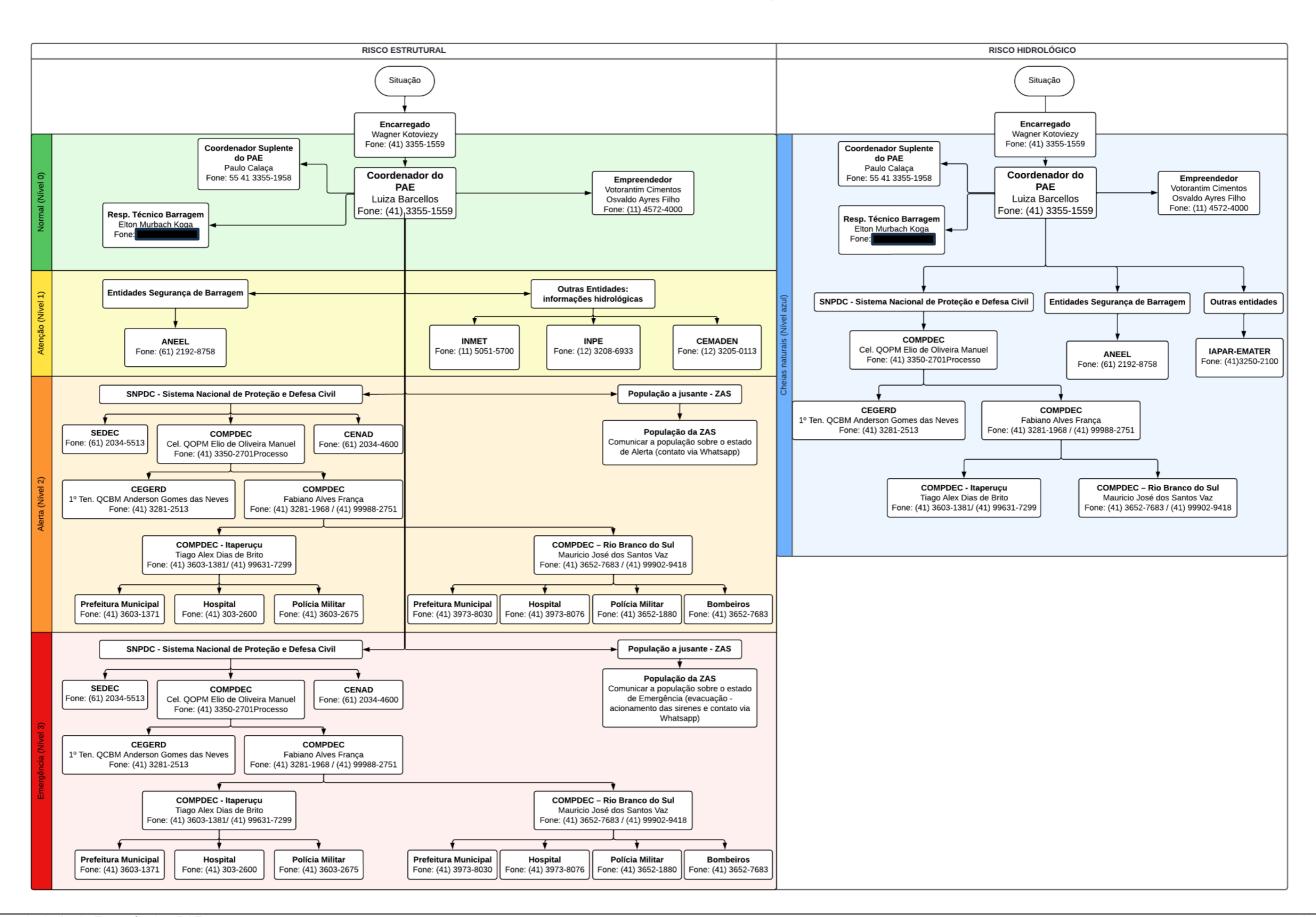


5. PROCEDIMENTOS DE NOTIFICAÇÃO E SISTEMA DE ALERTA

Deverá ser estabelecido para a CGH Santa Cruz o seguinte Fluxograma de Notificação (Quadro 20).



Quadro 20. Fluxograma de notificação



Plano de Ação de Emergência - PAE 39 de 78





Uma vez constatada a **Situação de Emergência**, deve-se seguir para o acionamento do sistema principal de alarme para remoção da população da ZAS e comunicação aos órgãos competentes e autoridades públicas para remoção também da população da ZSS, ação tomada a partir do coordenador do PAE em exercício.

O sistema de alarme principal que será utilizado pela CGH Santa Cruz em situação de emergência será através das sirenes de alcance sonoro instaladas próximo à Igreja Evangélica Assembleia de Deus da Vila Tacaniça na barragem e outra na casa de força da CGH Santa Cruz conforme apresentado no item 13.

Caso o sistema de comunicação principal falhar, deve ser utilizado o sistema de comunicação secundário, ou ambos em concomitância.

O sistema de alarme secundário que será utilizado pela CGH Santa Cruz em situação de emergência será através de mensagens de texto via *WhatsApp* para a população cadastrada na ZAS, aos órgãos competentes e às autoridades públicas.

As sirenes e as comunicações via *WhatsApp* serão acionadas a partir do Centro de Operação Local (CMOL), o alerta principal acionado pelo "Dashboard" desenvolvido pelo Grupo Construserv e a comunicação via WhatsApp pelo celular corporativo da Fábrica de Cimentos Votorantim locado na Sala da Seg&Ma (vizinha ao CMOL): *VC Luiza Trevisan Barcellos Seg&Ma* (041 99245-5294).

Aquelas pessoas com capacidade de mobilização reduzida deverão ser atendidas pela Defesa Civil de Rio Branco do Sul, que será notificada, de acordo com o fluxograma de notificação.

Quanto às condições hidrológicas, o próprio sistema de controle do "Dashboard" sugere a classificação do nível de cheia, automaticamente, conforme pode-se observar na Figura 5 todavia, somente ao responsável deverá decidir a tomar as medidas cabíveis e revisão da classificação da situação.

Estes níveis d'água monitorados na estação telemétrica de montante (instalada no reservatório: PCH Santa Cruz Barramento 81028000) estão diretamente relacionados às vazões defluentes e níveis d'água estudados nos ESTUDOS DE AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE VERTIMENTO - RHA-20-RT-C01.

- Vazão Normal MLT → Nível Normal;
- Entre MLT e 38 m³/s defluente → Nível Atenção (cheia natural);





- Entre 38 m³/s e TR 50 anos → Nível de Alerta;
- Entre TR 50 anos e TR acima de decamilenar → Nível de Emergência.

Nível Normal: <= 806.55

Nível Atenção: >= 806.55 e <= 807

Nível Alerta: >= 807 e <= 807.17

Nível Emergência: >= 807.17 e <= 807.55

Figura 5. Classificação do nível de cheia retirada do Dashboard

Ressalta-se que estes níveis não estão atrelados à Fatores de Segurança críticos de estabilidade da barragem.

Quanto às qualidades visuais da barragem, poderão ser também avaliadas diretamente e ao vivo por câmera de vídeo instalada na margem direita da barragem, através de endereço eletrônico da Intelbras 201.46.102.157.:2080 ou pelo próprio "Dashboard" em operação.





6. RESPONSABILIDADES DO PAE – VOTORANTIM

6.1. RESPONSABILIDADES DO EMPREENDEDOR

A VOTORANTIM CIMENTOS é a responsável pelas ações em Segurança de Barragens de suas estruturas, devendo designar formalmente um coordenador para executar as ações descritas no PAE. É também responsável por:

- Providenciar a elaboração e atualização do PAE;
- Promover treinamentos internos e manter os respectivos registros das atividades;
- Participar de simulações de situações de emergência, em conjunto com as prefeituras e organismos de defesa civil.

6.2. RESPONSABILIDADES DO COORDENADOR DO PAE

O Coordenador Responsável designado por VOTORANTIM CIMENTOS conforme definido e registrado nos documentos deste PAE corresponde:

Coordenadora: Luiza Trevisan Barcellos

Tel: (41) 3355-1559 / (41) 99245-5294

Email: xxxxxxxxxxxxx@vcimentos.com¹

• Coordenador Suplente: Paulo Calaça

• Tel: (41) 3355-1558

• Email: xxxxxxxxxxxxxxxv@vcimentos.com1

O Coordenador é responsável, por delegação do Empreendedor, pelas seguintes ações:

- Detectar, avaliar e classificar as situações de emergência em potencial, de acordo com os níveis e código de cores padrão;
- Declarar situação de emergência e executar as ações descritas no PAE;
- Executar as ações previstas no fluxograma de notificação;
- Alertar a população potencialmente afetada na zona de autossalvamento;





- Notificar as autoridades públicas em caso de situação de emergência;
- Emitir declaração de encerramento da emergência;
- Providenciar a elaboração do relatório de fechamento de eventos de emergência.

Em particular, o Coordenador do PAE é responsável por assegurar as quatro etapas de ações após a detecção de uma circunstância excepcional ou de uma situação anômala:

- Detecção e classificação;
- Comunicação, notificação e alerta;
- Ações de resposta (monitorar a situação, observar a barragem, implementar medidas preventivas e corretivas);
- Encerramento.

No Anexo 1 estão apresentados os seguintes formulários de declaração e notificação:

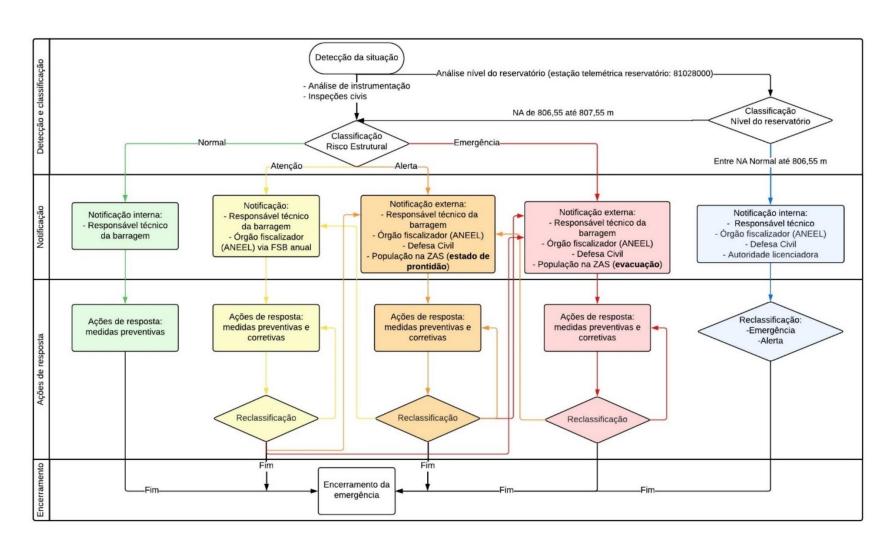
- Formulário de Declaração de início de Emergência;
- Formulário de Declaração de encerramento de Emergência;
- Formulário de Mensagem de Notificação.

As ações que o Coordenador do PAE deve implementar em cada etapa do PAE encontram-se resumidas graficamente pelo fluxograma padrão a seguir (Quadro 21).





Quadro 21. Fluxograma de Ações do Coordenador







6.3. RESPONSABILIDADES E ORGANIZAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Para a CGH Santa Cruz, o encarregado da barragem é responsável local pela barragem.

Em caráter excepcional, poderá decretar os níveis verde e amarelo, além de manter informado o Coordenador do PAE das diversas situações que ocorram na barragem.

6.4. AÇÕES E PROCEDIMENTOS INTERNOS

A coordenação do PAE deverá estruturar internamente procedimentos e processos, incluindo, sem se limitar, aos seguintes itens:

- Estabelecer as políticas internas conforme diretrizes do PAE;
- Distribuir cópias do plano e normas a todos os envolvidos;
- Simular a execução do Plano;
- Manter documentação do PAE e da usina organizada e protegida, incluindo a relação de todos os equipamentos existentes na instalação;
- Estabelecer os procedimentos de emergência internos de segurança, para segurança e proteção dos funcionários da usina e dos equipamentos da casa de força, tais como evacuação dos ambientes, desligamento de equipamentos e quadros etc.;
- Assegurar a disponibilidade de recursos necessários, tais como meios de transporte às pessoas, equipamentos e materiais, bem como os recursos administrativos e de comunicações imediatamente após a ocorrência da emergência e da decisão de ativar o Plano;
- Manter atualizados os contatos dos envolvidos no Plano;
- Prestar todo apoio administrativo e técnico necessário à restauração da Usina e ao retorno à normalidade;
- Estabelecer diretrizes para situações não previstas.

Especificamente para a casa de força, na possibilidade de inundação as seguintes providências deverão ser imediatamente tomadas:

- Interromper a geração e parar a unidade geradora em operação;
- Verificar se as bombas de drenagem e esgotamento estão funcionando;





- Acionar o alarme de evacuação da usina;
- Coletar os dados técnicos de interesse para a elaboração de Relatório de Notificação.





7. SÍNTESE DO ESTUDO DE RUPTURA

Para avaliar os danos no vale a jusante é necessário determinar as zonas que vão ficar inundadas pela cheia provocada pela ruptura da barragem, afetando a população, instalações, infraestruturas e ambiente. Trata-se de um estudo que se baseia, essencialmente, na simulação da cheia induzida. Em geral são usados nesta avaliação modelos hidrodinâmicos.

Para o estudo de ruptura da barragem da CGH Santa Cruz, com a representação da propagação da onda de cheia no vale de jusante da barragem de Santa Cruz foi realizada através de um modelo hidrodinâmico bidimensional desenvolvido através do software HEC-RAS®, na versão 6.2. O software utiliza a simplificação das equações de Navier-Stokes, através da integração dos termos da equação pela profundidade.

A modelagem hidrodinâmica e o estudo de ruptura da barragem na íntegra estão apresentados no Apêndice deste relatório.





8. MAPA DE INUNDAÇÃO

8.1. ÁREAS ATINGIDAS PELA INUNDAÇÃO

A partir dos estudos de ruptura foram elaborados os mapas de inundação.

Segundo as imagens obtidas pelo programa Google Earth, pode-se observar que a onda de inundação atingirá, em sua grande maioria, áreas com mata ciliar. Porém, a casa de força da CGH Santa Cruz e benfeitorias a jusante também serão atingidas.

Essa área é denominada de Zona de Autossalvamento (ZAS) imediatamente a jusante da barragem, em que se considera não haver tempo suficiente para uma adequada intervenção dos serviços e agentes de proteção civil em caso de acidente e, portanto, é de responsabilidade do empreendedor promover o alerta para retirada da população, e a Zona de Salvamento Secundário (ZSS) consiste na região impactada pela ruptura da barragem fora da ZAS.

Os desenhos contendo o mapa de inundação estão apresentados no Anexo 2 deste relatório.

8.2. USO DO SOLO

Segundo as imagens obtidas pelo programa *Google Earth* pode-se observar que a onda de inundação atingirá uma área rural do município de Rio Branco do Sul, onde pode ser identificar vegetação densa, áreas com mata ciliar e possivelmente plantio.

Ainda conforme mapa de inundação, serão atingidas diversas construções, cerca de 1,0 km de estrada vicinal e 2 (duas) pontes.

8.3. BENFEITORIAS AFETADAS PELA RUPTURA

Segundo as imagens obtidas pelo programa *Google Earth* pode-se observar que a onda de inundação atingirá uma parte das benfeitorias da Vila Tacaniça.

Estas benfeitorias foram quantificadas em 117 e constam devidamente localizadas em coordenadas UTM na Tabela 5 a seguir.





Tabela 5. Indicação das Benfeitorias (ZAS)

ld	Longitude	Latitude
1	659069	7217538
2	656968	7218146
3	656965	7218130
4	656868	7218156
5	656862	7218156
6	656808	7218099
7	656801	7218116
8	656776	7218141
9	656769	7218112
10	656766	7218146
11	656766	7218101
12	656763	7218145
13	656758	7218104
14	656752	7218142
15	656748	7218047
16	656745	7218161
17	656727	7218128
18	656725	7218160
19	656722	7218055
20	656722	7218042
21	656715	7218158
22	656710	7218070
23	656704	7218130
24	656698	7218060
25	656687	7218157
26	656678	7218154
27	656666	7218112
28	656663	7217946
29	656662	7218090
30	656660	7217958
31	656657	7217926
32	656655	7217841
33	656644	7217967
34	656644	7217929
35	656639	7217914
36	656638	7217865
37	656637	7217966

ld	Longitude	Latitude
61	656532	7217863
62	656509	7217771
63	656489	7217866
64	656479	7217865
65	656479	7217781
66	656473	7217865
67	656468	7217855
68	656463	7217866
69	656459	7217844
70	656448	7217810
71	656443	7217850
72	656404	7217816
73	656395	7217807
74	655492	7217750
75	655475	7217708
76	655457	7217672
77	654899	7217107
78	654896	7217143
79	654892	7217063
80	654891	7217115
81	654885	7217114
82	654883	7217129
83	654859	7217143
84	653291	7215868
85	653288	7215926
86	653275	7215922
87	653030	7215443
88	653030	7215410
89	653008	7215399
90	653005	7215404
91	653003	7215399
92	652995	7215379
93	652993	7215361
94	652958	7215314
95	652944	7215294
96	652927	7215247
97	652923	7215206





ld	Longitude	Latitude
38	656627	7217872
39	656623	7217954
40	656621	7217852
41	656620	7217864
42	656618	7217910
43	656612	7217871
44	656607	7217949
45	656601	7217923
46	656601	7217877
47	656600	7217911
48	656599	7217850
49	656590	7217946
50	656586	7217930
51	656583	7217892
52	656576	7217841
53	656575	7217874
54	656574	7217911
55	656570	7217846
56	656568	7217881
57	656565	7217907
58	656554	7217899
59	656553	7217857
60	656552	7217912

ld	Longitude	Latitude
98	652919	7215212
99	652911	7215196
100	652903	7215204
101	652901	7215195
102	652897	7215198
103	652735	7215469
104	652715	7215449
105	652714	7215480
106	652651	7215529
107	652632	7215537
108	652577	7215808
109	652509	7215756
110	652500	7215770
111	652497	7215775
112	652467	7215802
113	652314	7215855
114	652301	7215818
115	652297	7215917
116	652279	7215929
117	652244	7216015

Foram executadas pela Defesa Civil de Rio Branco do Sul-PR campanhas de cadastro dos moradores da Zona de Alto Salvamento. O último cadastro foi concluído em 2023, mas ressalta-se que o cadastro deverá permanecer atualizado visando a eficiência do sistema de alerta junto à Defesa Civil.

Do total das edificações, 34 são residências levantadas dentro da ZAS pela Defesa Civil, sendo que 25 residências possuem cadastro de moradores e 9 não possuem cadastro de moradores;

Estão cadastradas um total de **78 moradores**, sendo que 45 são do sexo masculino e 33 do sexo feminino. Destes 78 moradores, 5 possuem necessidades especiais de locomoção ou possuem doença mental.

Foram cadastrados também um total de 34 cães, 7 gatos, 2 cavalos e inúmeras aves.





9. PLANO DE TREINAMENTO

Recomenda-se a contratação de empresa especializada para orientações implantação de plano de treinamento para avaliar a credibilidade dos planos de emergência, na ausência de situações reais de crise, obtida por meio de um sistema de avaliação.

O plano constitui basicamente nos seguintes testes.

9.1. TESTE DE SISTEMAS DE NOTIFICAÇÃO

- Teste dos sistemas de notificação: visa verificar a operacionalidade dos meios de comunicação, bem como a funcionalidade do fluxograma de notificação e determinar a capacidade de estabelecer e manter as comunicações durante a emergência, além da capacidade do Coordenador do PAE de mobilizar e ativar a equipe operacional e os meios de resposta a emergência.
- Teste de alerta: visa testar a operacionalidade dos meios de alerta e verificar a capacidade de notificar rapidamente a população na área de inundação.

9.2. EXERCÍCIO DE NIVELAMENTO

O objetivo de um exercício de nível interno é testar o sistema de resposta no nível da barragem e avaliar a eficácia dos procedimentos de resposta definidos no PAE. Este exercício serve para verificação e correção da capacidade operacional de resposta e coordenação de ações de acordo com o estabelecido nos planos, nomeadamente, as comunicações e a identificação de competências e de capacidade de mobilização. Deverá haver a participação do pessoal do empreendedor, inclusive o coordenador do PAE, e da Entidade Fiscalizadora.

Apresenta os seguintes objetivos:

- Avaliar o nível de conhecimento da equipe operacional relativamente ao PAE;
- Testar a operacionalidade dos órgãos extravasores da barragem;





- Determinar a eficácia dos procedimentos internos e, nomeadamente, das medidas operativas e corretivas que constam do PAE;
- Avaliar a adequação das instalações, equipamento e outros materiais para suportar o cenário de emergência em exercício (ou seja, da emergência);
- Determinar o nível de cooperação e coordenação entre o Empreendedor e a Entidade Fiscalizadora na resposta à emergência;
- Determinar a capacidade para estabelecer e manter as comunicações durante a emergência.
- Testar a eficácia do sistema de informação ao público e de disseminação de mensagens, e o sistema de alerta em providenciar informação oficial e instruções à população da ZAS (Zona de Autossalvamento) para facilitar uma resposta tempestiva e apropriada durante uma emergência.

A vantagem deste tipo de exercício traduz-se no investimento que não é significativo em termos de tempo, custo e recursos. Ele oferece um método eficaz de revisão dos planos, procedimentos de execução e políticas e serve como um instrumento de formação para o pessoal-chave com responsabilidades numa eventual emergência. Um exercício deste tipo serve também para familiarizar os técnicos do Empreendedor com outros técnicos e agentes de defesa civil.

9.3. EXERCÍCIO DE SIMULAÇÃO

Este tipo de exercício simula um evento real tão realisticamente quanto possível, tendo o objetivo de avaliar a capacidade operacional de um sistema de gestão da emergência num ambiente de tensão elevada que simula as condições reais de resposta.

9.4. AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A seguir são apresentadas algumas ações:

- Apresentação do PAE para a Prefeitura Municipal, população afetada, órgãos de defesa civil, corpo de bombeiros, polícia civil, polícia militar, etc.;
- Formação de Grupo de Ação Local (GAL), envolvendo líderes comunitários e voluntários;





- Definição de apoio logístico para a atuação do GAL, envolvendo prepostos da Prefeitura Municipal e demais órgãos de ação comunitária, corpo de bombeiros ou brigadistas, saúde, polícia civil, polícia militar e outros;
- Definição de Local de Concentração da População ou Ponto de Encontro,
- Treinamento sobre os procedimentos a serem adotados, em função da gravidade do evento; com a colaboração de prepostos da Defesa Civil;
- Formação de Grupo de Suporte Logístico (GSL) para a mobilização de veículos, máquinas e equipamentos;
- Treinamento dos grupos GAL e GSL, com a colaboração de prepostos da Defesa Civil.
- Sugere-se a seguinte periodicidade:
- Anual: teste dos Sistemas de Notificação e Alerta;
- 2 em 2 anos: exercício de nível interno.

9.5. PLANO DE AÇÕES PREVENTIVAS

Este plano foca o desempenho das estruturas componentes do aproveitamento sem deixar de considerar as variáveis relacionadas ao gerenciamento do reservatório e ao comportamento hidrometeorológico da bacia drenada a montante do eixo do barramento.

O Plano de Ações Preventivas é composto de três linhas de atuação: Atividades de Monitoramento; Atividades de Comunicação e Atividades de Acompanhamento e Avaliação.





10. ATIVIDADES DE MONITORAMENTO

10.1. MONITORAMENTO DAS ESTRUTURAS DO APROVEITAMENTO

O comportamento das estruturas do aproveitamento deverá ser monitorado através de instrumentação adequada, composta basicamente por medidores triangulares de vazão destinados à determinação de vazões percoladas pela barragem. Também será realizado o acompanhamento do nível de água do reservatório através da régua instalada.

O monitoramento inclui tanto a manutenção dos instrumentos como a coleta de dados, a análise individual dos resultados e a elaboração de relatório com a análise crítica da evolução das leituras. Esta prática é importante para que a situação das estruturas do aproveitamento seja acompanhada continuamente de modo a detectar possíveis anomalias.

Os instrumentos de auscultação instalados nas diversas estruturas do aproveitamento devem ter instruções pormenorizadas de operação, incluindo instruções de manutenção dos equipamentos, procedimentos e frequência de leitura, fluxograma de encaminhamento das informações, manipulação e análise de dados coletados, fluxo de informações para retorno das análises realizadas com as leituras e os devidos sinais de alerta. Para cada instrumento, deverão estar especificados os níveis de alerta e para cada nível um procedimento de avaliação da segurança a partir do qual serão tomadas as medidas cabíveis.

A operação manual da instrumentação deve ser realizada por técnicos treinados e habilitados para a realização de manutenção preventiva.

As inspeções rotineiras devem ser executadas pela equipe de operação da CGH, com frequência mensal, seguindo roteiro pré-determinado. Este pessoal deverá ter um treinamento constante para esta atividade.

As inspeções programadas devem ter frequência anual podendo, em função das avaliações das inspeções anteriores e dos dados da instrumentação, ter esta frequência alterada para intervalos menores.

Necessariamente, as inspeções programadas deverão ser executadas por equipe multidisciplinar envolvendo profissionais como engenheiro de estruturas, engenheiro geotécnico, engenheiro hidráulico e geólogo.





A equipe deverá ter conhecimento do projeto, dispondo de todas as informações relativas à construção das obras civis de modo a ficarem claras as alterações efetuadas durante a construção. Isto possibilita um melhor entendimento de possíveis anomalias, proporcionando um melhor diagnóstico e, consequentemente, um adequado encaminhamento de ações corretivas.

As inspeções emergenciais deverão ser realizadas quando a equipe de inspeção e manutenção assim o determinar. Normalmente, isto deverá ocorrer quando detectadas anomalias significativas ou logo após o evento de cheias de maior intensidade. Neste caso, deverão ser convocados então consultores especialistas para uma ampla avaliação do problema. É comum, após cheias e/ou chuvas torrenciais, a ocorrência de fissuras, recalques, aflorações de água e indícios de instabilidade de taludes, que indiquem a necessidade de tal iniciativa.

10.2. MONITORAMENTO DE SISMOS DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA

A implantação de reservatórios normalmente caracteriza a ocorrência de sismos de pequena magnitude na região de influência direta do aproveitamento.

Normalmente, estes eventos são sentidos pela população da região de influência, porém não devem ocasionar danos estruturais as edificações e estruturas do aproveitamento. O acompanhamento do fenômeno é necessário para comprovar a real interferência com os problemas estruturais que venham a ser detectados tanto nos componentes do aproveitamento bem como de edificações de terceiros.

O monitoramento de sismos é realizado através de estação sismográfica para auscultação local e visa fornecer informações sobre as características da eventual sismicidade induzida pelo reservatório, sua frequência e intensidade.

No caso da CGH Santa Cruz, não há informações de sismos ocasionados. Também não foi identificada a instalação de estação sismográfica para auscultação.

10.3. MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO E PREVISÃO DE AFLUÊNCIAS

Este sistema de monitoramento deve ter a capacidade de antecipar cenários futuros auxiliando na deflagração de ações para a minimização do impacto de cheias naturais.





Para a realização desta atividade é necessária a utilização de uma rede de estações hidrometeorológicas convencionais e automáticas para o monitoramento em tempo real. A necessidade da implantação de estações automáticas está associada à maior segurança na antecipação das informações hidrológicas, resultando em melhor desempenho da rede de monitoramento.

A bacia hidrográfica afluente ao reservatório é monitorada através do acompanhamento dos níveis dos rios afluentes e também pela coleta diária de totais precipitados em estações pluviométricas, que avalia diariamente o estado hidrológico da bacia, repassando para os responsáveis pela operação o quadro hidrometeorológico da região.

O empreendimento fez a aquisição dessas informações hidrometeorológicas pelo conjunto de estações mostradas na Tabela 6 a seguir.

Contudo, cabe ressaltar que todas as informações deverão ser organizadas em planilhas, para possibilitar a avaliação dos dados, conforme plano previsto no PSB.





Tabela 6. Informações Hidrometeorológicas

Estação	Tipo	Tipo de Registro	Latitude	Longitude	Município	Rio	Altitude (m)
CGH Santa Cruz (Barramento)	FT	Fluviométrico (nível) Telemetria – transmissão remota de dados	25°09'07" S	49°24'46" O	Rio Branco do Sul	Tacaniça	813,00
CGH Santa Cruz (Jusante)	PFDST	Pluviométrico -Telemétrico Fluviométrico - Leitura de réguas de madeira tipo DAg. Compostas em 4 lances com dois metros cada.	25°09'00" S	49°25'19" O	Rio Branco do Sul	Tacaniça	530,00

TIPOS DE ESTAÇÃO:

- P Pluviométrica (duas leituras);
- F Fluviométrica (duas leituras de nível);
- D Medição de vazão; S sedimentométrica (coleta de amostra de sedimentos em suspensão e fundo);
- T Automática e telemétrica (datalogger, linímetro de pressão, pluviômetro tippingbucket, painel solar, bateria 12V 26A/h, antena GOES) coleta de 15 em 15 minutos e transmissão de hora em hora.





10.4. MONITORAMENTO DO RESERVATÓRIO

O monitoramento do reservatório resume-se no acompanhamento contínuo das seguintes variáveis:

- Níveis do reservatório;
- Vazões descarregadas pelas turbinas;
- Vazões descarregadas pelo vertedouro.

Para a execução do monitoramento, os procedimentos a serem seguidos pelos operadores da barragem deverão observar os seguintes princípios gerais:

- Dispor de rotina clara e objetiva para o levantamento e registro de dados representativos, considerando qualquer situação;
- Definir claramente responsabilidades e a hierarquia de decisões, considerando fatores de praticidade, continuidade e clareza;
- Manter atualizadas instruções de procedimentos para a execução de manobras dos órgãos de descargas;
- Realizar inspeções e testes periódicos nos equipamentos de controle hidráulico, controlando e aferindo a instrumentação de supervisão de nível.

Para a CGH Santa Cruz deverá ser elaborado plano para o monitoramento do reservatório. Através de régua instalada, será determinado procedimento de leitura e armazenamento dos dados, conforme descrito no PSB.

10.5. ESCALA DE SITUAÇÕES OPERATIVAS

Para o atendimento da política básica de operação é necessário estabelecer valores de referência, como níveis e vazões, para delimitar os campos de atuação e de responsabilidades do corpo técnico envolvido. A figura acima exemplifica os valores e as áreas de atuação de cada agente envolvido.

O objetivo é a funcionalidade do processo, mantendo-se como meta principal a segurança do empreendimento e assegurando uma continuidade na tomada de decisão, compatibilizando o grau de severidade da situação com a estrutura funcional da Empresa.





Para estabelecer os pontos de referência utiliza-se:

- A caracterização do estado hidráulico do reservatório, definido através do seu nível de montante e da vazão afluente de referência;
- A capacidade total de descargas através do vertedouro e das turbinas.

Partindo-se destes valores, ficam caracterizadas as escalas de situações em períodos de cheias como descrito a seguir.

10.5.1 Graduação de Situações para Período De Cheias

Os procedimentos específicos do RISCO HIDROLÓGICO podem partir para procedimentos direcionados gerando novas Graduação de Situações previstas. São eles:

Situação Normal

Esta faixa caracteriza-se por uma operação direcionada para a manutenção de nível e/ou de geração econômica de energia elétrica, sem a perspectiva de ultrapassagem do Nível Máximo Normal de Operação nem da liberação de descargas defluentes superiores a descarga de restrição "fictícia". Não existe uma condição que indique apreensão com relação a segurança do aproveitamento ou risco de danos de nenhuma espécie.

Situação de Atenção

Esta faixa caracteriza-se por uma operação de prontidão, com perspectiva de manter-se informados os responsáveis internos pela segurança de barragem e pela operação da CGH, e necessita avaliação criteriosa das previsões pluviométricas e de aumento da afluência indicando possível necessidade de planejamento em conjunto com órgão de defesa civil. Não existe uma condição que indique apreensão com relação a segurança do aproveitamento ou risco de danos de nenhuma espécie.

Situação de Alerta

Nesta situação de operação existe a necessidade de acionamento dos mecanismos de descarga do aproveitamento em função do estado hidráulico. No caso





da CGH Santa Cruz, por ter soleira livre, há que se garantir que a válvula de descarga esteja contribuindo plenamente para o máximo escoamento possível. Sua faixa termina quando os riscos evoluem no sentido de ameaçar significativamente comunidades e/ou benfeitorias de grande porte, atingindo assim uma situação conjuntural de maior severidade. Não existe uma condição que indique apreensão com relação a segurança do aproveitamento ou risco de danos de nenhuma espécie.

Situação de Emergência

Esta situação tem início no momento em que se configuram riscos de danos às instalações do aproveitamento ou as instalações e/ou comunidades situadas a jusante ou a montante da barragem.

A operação é voltada inicialmente para o não rompimento de restrições e em segunda prioridade para a proteção das instalações do aproveitamento, comunidades e benfeitorias de grande porte e, finalmente, para a preservação da segurança da própria barragem.

O Quadro 22 seguir apresenta um resumo das escalas de situação do reservatório da CGH Santa Cruz.

Quadro 22. Resumo das Escalas de Situação do Reservatório.

	Motivo			
Condição Períodos de Cheia	Risco de Quebra de Restrição	Quebras de Restrições	Riscos de Danos a Grandes Instalações	
Normal	Não	Não	Não	
Atenção	Não	Não	Não	
Alerta	Sim	Não	Não	
Emergência	Sim	Sim	Sim	

Considerando que o monitoramento das estruturas e o monitoramento hidráulico são realizados concomitantemente, deve-se adotar a situação mais crítica entre ambos.

Todas as ações dentro da área física de responsabilidade da usina deverão ser efetuadas pela Comissão de Emergência do Aproveitamento.





10.6. ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO

Os órgãos externos ao aproveitamento tais como as Coordenadorias Regionais, Estadual e Municipais de Defesa Civil e outros órgãos e entidades de interesse, deverão ser acionados toda vez que as defluências totais vigentes ou previstas possam causar danos a áreas ribeirinhas ou outras benfeitorias a jusante do aproveitamento.

A comunicação operativa entre as diversas Gerências deve ser clara, objetiva e completa, evitando falhas de entendimento ou não repasse de informações que possam colocar em risco pessoas, instalações e a qualidade e segurança do sistema.

A Gerência do aproveitamento deve informar ao Escritório Sede:

- As ocorrências nas suas instalações que afetem a rede de abastecimento;
- As restrições ao atendimento do Planejamento da Operação;
- Qualquer indisponibilidade n\u00e3o programada (urg\u00e9ncia ou emerg\u00e9ncia) de seus equipamentos que fazem parte da rede de abastecimento;
- Quaisquer modificações nas instalações já existentes e que possam interferir na rede de abastecimento;
- Informações solicitadas pela Gerência Regional e pelo Escritório Sede.

Nos casos em que exista uma potencialidade para a ocorrência de danos às instalações do aproveitamento, às benfeitorias e às áreas ribeirinhas de jusante, há a necessidade de comunicação com órgãos externos e outros órgãos governamentais. Da mesma forma, nos casos onde os níveis do reservatório possam causar danos a montante do aproveitamento pelo efeito de remanso, devem ser acionados os mesmos instrumentos de comunicação.

A Comissão de Emergência ou a Assessoria de Comunicação deverá realizar o contato com a Defesa Civil e outras entidades públicas, conforme a ocorrência de cada situação. O Plano de Ação para Situações de Emergência deve ser acionado por esta Comissão.

O centro de referência para as ações de controle de cheias em tempo real é a Gerência da CGH Santa Cruz. Além da troca de informações de rotina durante a ocorrência de uma situação NÃO NORMAL ou de EMERGÊNCIA, deve prover





informações de outros agentes que venham a interferir na operação do reservatório da CGH Santa Cruz ou que por eles sejam afetados direta ou indiretamente. É importante ressaltar que em uma situação de operação NÃO NORMAL o comando integral da operação e controle do reservatório é realizado pelo Agente de Geração devendo este manter a Gerência Regional e Gerência da usina informadas de todas as ações complementares.

10.7. ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Para a operação da usina, é necessária uma equipe de engenharia com perfil multidisciplinar e amplo conhecimento do projeto e características da usina. Esta equipe deve funcionar como suporte e retaguarda, analisando sistematicamente os dados monitorados para uma confirmação das indicações da equipe de operação. Em casos extremos esta equipe de engenharia poderá ser acompanhada e subsidiada por consultores especialistas.

10.8. DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Quando identificada uma das situações de Alerta ou Emergência, a Comissão de Emergência deverá ser convocada e/ou ativada imediatamente.

O acionamento da Comissão de Emergência deverá ocorrer por iniciativa da equipe de operação segundo as normas operativas e a hierarquia de decisão das regras de operação.

A comunicação deverá ser efetuada via telefone com confirmação por escrito através de fax, internet ou e-mail. Todas as formas de comunicação deverão ser utilizadas desde que necessário (estações de rádio, televisão, celular, etc.).

Deve-se ressaltar que as ações de suporte aos órgãos de Defesa Civil e de outros agentes externos consideram os seguintes critérios:

- Situação de ALERTA: a responsabilidade pela operação do reservatório permanece junto ao Agente de Operação;
- O fluxo externo de informações deverá ter início quando da emissão do alerta pelo Agente de Operação. A partir deste ponto, será de





responsabilidade da Defesa Civil a coordenação geral do fluxo de comunicações externas;

 A Defesa Civil, uma vez comunicada sobre a situação vigente, deverá coordenar um plano de alerta às comunidades afetadas diretamente pelo evento, sendo apoiada por todos os agentes envolvidos na questão.

10.9. DESCRIÇÃO DE ACESSOS E ROTA DE FUGA

No mapa apresentado no Anexo 2 são apresentados os principais acessos à área de entorno do reservatório e a jusante do barramento da CGH Santa Cruz, sendo a mais próxima a PR-092, a qual dá acesso aos municípios de Rio Branco do Sul e Itaperucu.

Existem também, diversas estradas vicinais que dão acesso às propriedades rurais nas proximidades do aproveitamento constituindo importantes rotas de evacuação das unidades habitacionais na eventualidade de ruptura da barragem da CGH Santa Cruz.

A Vila de Tacaniça que será atingida decorrente do eventual rompimento da barragem é denominada de Zona de autossalvamento. Nessa região, também está localizada uma ponte, que também será inundada pela onda.





11. LEGISLAÇÃO BÁSICA

11.1. FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 2, de 20 de dezembro de 2016: Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. Revoga-se a Instrução Normativa N° 1, de 24 de agosto de 2012 e seus anexos: FIDE; DMATE; DEATE; Relatório Fotográfico; Cobrade; Conceitos.

<u>PORTARIA MI Nº 384, de 23 de outubro de 2014:</u> Define procedimentos a serem adotados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para Transferências Obrigatórias de Recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Recuperação em áreas atingidas por desastres, disciplinadas pelo Decreto nº 7.257/2010 e pela Lei nº 12.340/2010.

LEI Nº 12.983, de 2 junho de 2014.: Altera a Lei no 12.340, de 1o de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, e as Leis nos 10.257, de 10 de julho de 2001, e 12.409, de 25 de maio de 2011, e revoga dispositivos da Lei no 12.340, de 1o de dezembro de 2010.

Medida Provisória Nº 631 de 24 de dezembro de 2013: MEDIDA PROVISÓRIA No -631, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013 Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas. (Publicada no Diário Oficial do dia 26/12/2013)

PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 1, de 24 de julho de 2013: Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos visando atender a demanda habitacional proveniente da situação de emergência ou de calamidade pública reconhecida pelo Ministério da





Integração Nacional, por meio do Programa Nacional de Habitação Urbana, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.

LEI Nº 12.608, de 10 de abril de 2012: Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 10 de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011: Regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União

DECRETO Nº 7.505, de 27 de junho de 2011: Altera o Decreto no 7.257, de 4 de agosto de 2010, que regulamenta a Medida Provisória no 494, de 2 de julho de 2010, convertida na Lei no 12.340, de 1o de dezembro de 2010, para dispor sobre o Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC, e dá outras providências.

LEI FEDERAL Nº12.340, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010. Conversão da Medida Provisória nº494, de 2010. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, reestabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 494, de 2 de julho de 2010. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, reestabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências.

DECRETO FEDERAL Nº7.257, de 4 de agosto de 2010. Regulamenta a Medida Provisória no 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de riano de Ação de Emergencia - FAC





Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, reestabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências.

<u>DECRETO FEDERAL Nº 6.663, de 23 de novembro de 2008.</u> Regulamenta a aferição sumária, pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, da caracterização do estado de calamidade pública ou da situação de emergência, aliada à impossibilidade de o problema ser resolvido pelo ente da Federação. Veja aqui o modelo de PLANO DE TRABALHO.

<u>DECRETO FEDERAL Nº5.376, de 17 de fevereiro de 2005.</u> Ementa: Decreto federal que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC e o Conselho Nacional de Defesa Civil.

DECRETO FEDERAL Nº96.044, de 18 de maio de 1988. Decreto que aprova o regulamento para o transporte rodoviário de produto perigoso.

PORTARIA FEDERAL Nº912 A, de 29 de maio de 2008. Portaria do Ministério da Integração Nacional que regula a transferência de recursos federais somente com COMDEC em funcionamento.

11.2. ESTADUAL

<u>Decreto nº 7337, de 11 de julho de 2017.</u>Institui o Regime de Força-Tarefa para resposta a desastres no Paraná_pág_4

<u>Decreto Estadual 4.587 - 13 de Julho de 2016</u> Regulamenta a Lei nº 17.424/2015, que instituiu o Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola – PBEDCE

<u>LEI ESTADUAL Nº 18.519, de 23 de julho de 2015</u> Institui a Política de Proteção e Defesa Civil do Estado do Paraná.

Resolução 020/2014 Aprovar o Regimento Interno do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPRODEC), na forma dos Anexos desta Resolução, conforme proposição efetivada na 1ª Reunião Ordinária, por meio da Ata nº 001/CEPRODEC, de 2 de abril de 2014, com aprovação na 2ª Reunião Ordinária, por meio da Ata nº 002/CEPRODEC, de 20 de maio de 2014.





Decreto Estadual Nº 11.126, de 22 de Maio de 2014 Dispõe sobre a execução do Programa Bombeiro Comunitário e dá outras providências.

<u>Decreto Estadual nº 9.941 de 23 de Janeiro de 2014.</u> Institui Sistema Paranaense de Informações para a Gestão dos Riscos a Desastres Naturais.

<u>Decreto Estadual nº 9.557 de 06 de Dezembro de 2013.</u> Institui o Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil – SEPDEC, o Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED e dá outras providências.





12. REFERÊNCIAS

Ambiente Integral - Relatório Ambiental Simplificado - RAS - Pequena Central Hidrelétrica Santa Cruz, 2012.

ANA Guia de Orientação para o Plano de Ação Emergencial Disponível em:http://arquivos.ana.gov.br/cadastros/barragens/ManualEmpreendedor/GuiaOrient acaoFormulariosPlanosAcaoEmergencia_PAE.PDF.

BRASIL. Lei nº 12.340 de 1º de Dezembro de 2010.

BRASIL. Lei nº 14.066 de 30º de Setembro de 2020.

BRASIL. Instrução Normativa nº 02 de 20 de Dezembro de 2016.

BRASIL, Resolução Normativa nº696 de 15 de Dezembro de 2015.

Chow, V.T.; Maidment, D.; Mays, L. "Applied Hydrology", McGraw-Hill: New York, 1988.

Defesa Civil do Estado do Paraná - Disponível em http://www.defesacivil.pr.gov.br/ Acessado em junho de 2017.

Fread, D. L. & Lewis, J. M., 1998, "NWS FLDWAV Model". Hydrologic Research Laboratory, Office of Hydrology, National Weather Service (NWS), NOAA, USA.

Guia de orientação e formulários dos Planos de Ação de Emergência ANA 2016. http://arquivos.ana.gov.br/cadastros/barragens/ManualEmpreendedor/GuiaOrientaca oFormulariosPlanosAcaoEmergencia PAE.PDF.

Izbash & Khaldre, 1970. "Hydraulics of River Channel Closure". London Butterworths.

Mapa de Coordenadorias Regionais e Municipais de Defesa Civil http://www.geo.pr.gov.br/mapserver/defesacivil/coordenadores/geo.html (Acessado em junho de 2017).

Ministério da Integração – Disponível em http://www.integração.gov.br – Acessado em junho de 2017.

TRACTEBEL ENGINEERING - P.014117-RT-G10-001 - 0 REL CGH SANTA CRUZ - As Built, outubro de 2019.





RHA-20-RT-C01-R0A - ESTUDOS DE AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE VERTIMENTO - RELATÓRIO FINAL (2020).

ICOLD, 1994. "Ageing of dams and appurtenant works". Bulletin 93.





13. ANEXOS

- 13.1. ANEXO 1. FORMULÁRIO DE DECLARAÇÃO E NOTIFICAÇÃO
- 13.2. ANEXO 2. MAPAS DE INUNDAÇÃO DA ZAS COM ROTA DE FUGA E SIRENES
- 13.3. ANEXO 3. MAPAS DO ESTUDO DE "DAM BREAK"
- 13.4. ANEXO 4. ART





ANEXO 1 FORMULÁRIOS DE DECLARAÇÃO E NOTIFICAÇÃO



Plano de Ação de Emergência - PAE



72 de **78**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE EMERGÊNCIA
URGENTE

SITUAÇÃO:	_
Empreendedor:	_
BARRAGEM: CGH SANTA CRUZ	
Eu,(nome e cargo), na condição de Coc da Barragem da CGH SANTA CRUZ e no uso das atribuições e responsabilidad delegadas, efetuo o registro da Declaração de Emergência, na	es que me foram
	_
Local:, de	de 20
(Norma a goainatura)	
(Nome e assinatura) (cargo)	I DA MENSAGEM





MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENCERRAMENTO DE EMERGÊNCIA URGENTE

SITUAÇÃO:	
Empreendedor:	
BARRAGEM: CGH SANTA CRUZ	
Eu,	me foram ituação de
CGH SANTA CRUZ a partir dashoras eminutos	do dia
/	urança da
Local: de de 2	
(Nome e assinatura) (cargo)	
FIM DA MI	ENSAGEM





MODELO DE MENSAGEM DE NOTIFICAÇÃO

Mensagem resultante da aplicação do Plano de Ação de Emergência – PAE da Barragem da CGH SANTA CRUZ em//
Município Rio
Bacia Hidrográfica
A partir dashoras eminutos do dia/, está sendo ativado o nível de resposta:
Verde Amarelo Laranja Vermelho
Esta mensagem está sendo enviada simultaneamente:
Empreendedor:
Entidade Fiscalizadora:
CEDEC – Comissão Estadual de Defesa Civil do Estado de:
COMDEC – Comissão Municipal de Defesa Civil de:
Descrição da situação (causas, evolução)
A causa da declaração é (descrição mínima da situação, identificação da condição anormal, possíveis
danos, risco de ruptura potencial ou real, etc.):
Medidas adotadas:
As circunstâncias ocorridas fazem com que devam se precaver e pôr em ação as recomendações e
atividades delineadas em sua cópia do Plano de Ação de Emergência – PAE da Barragem da CGH
SANTA CRUZ e os respectivos Mapas de Inundação.
Esta mensagem de declaração/alteração do Nível de Segurança, feita por, Coordenador do PAE da Barragem da CGH SANTA CRUZ,



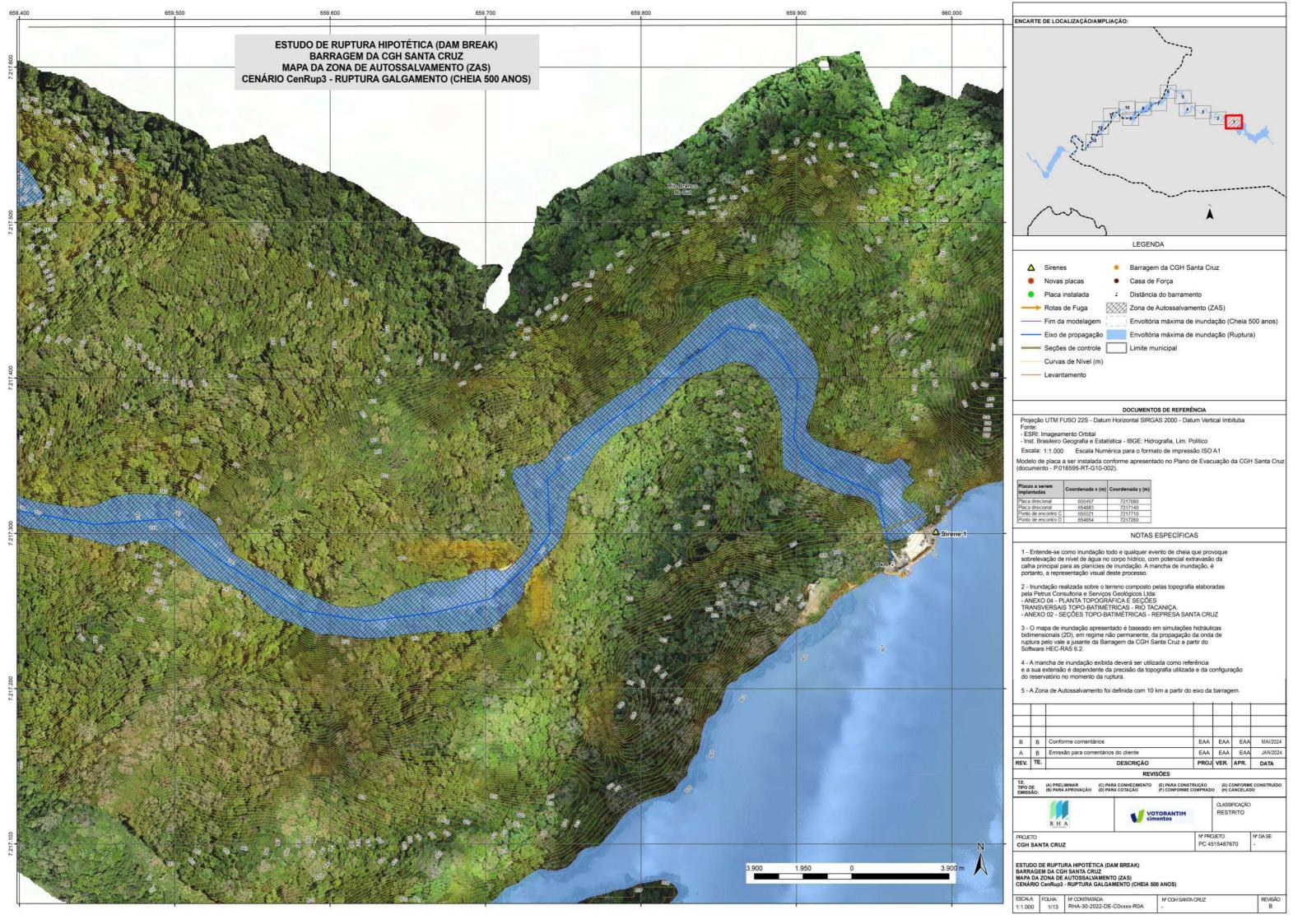


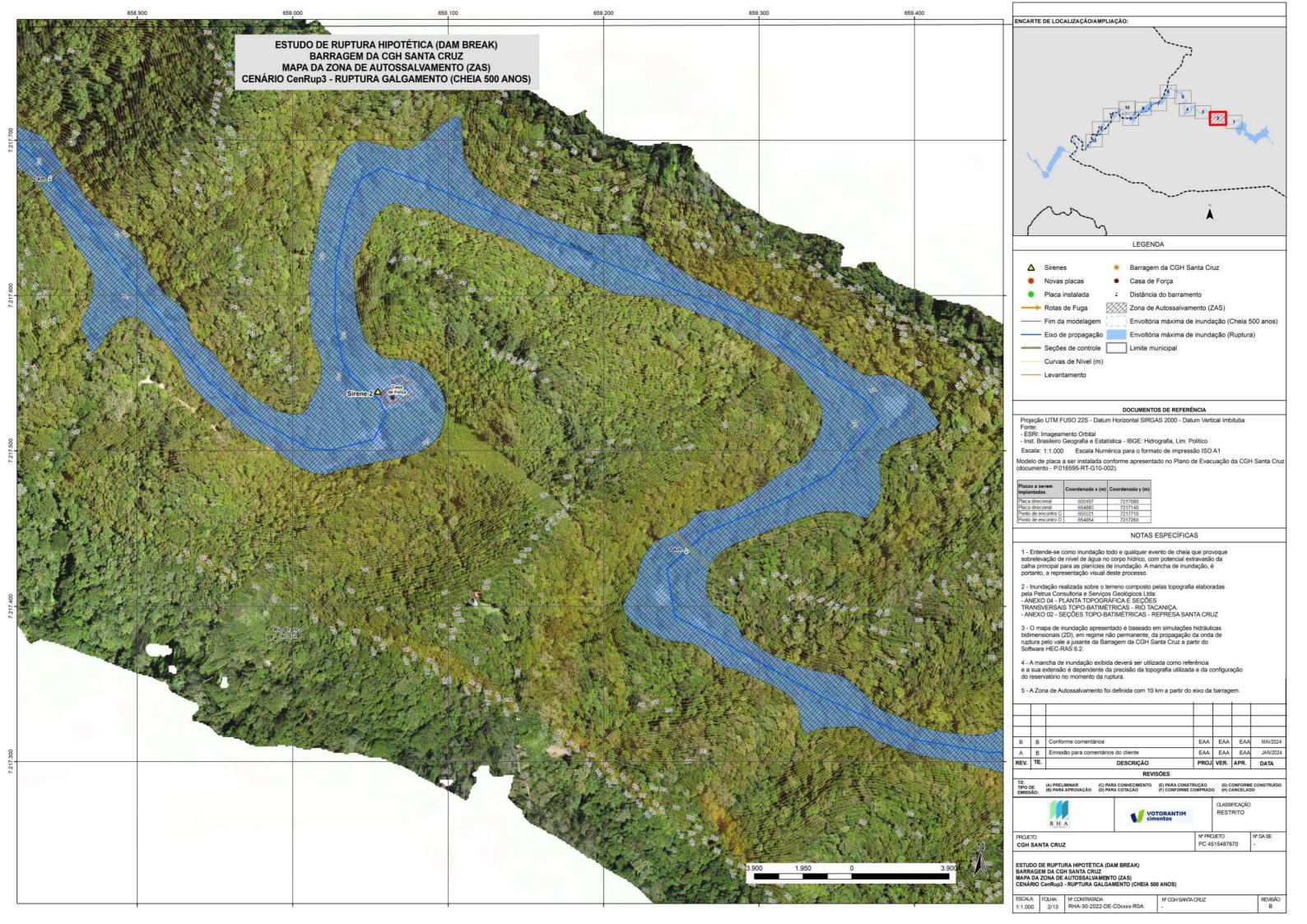
Favor confirmar o recebimento desta comunicação ao Sr	pelo telefone:
, fax:	e/ou e-mail:
·	
	FIM DA MENSAGEM

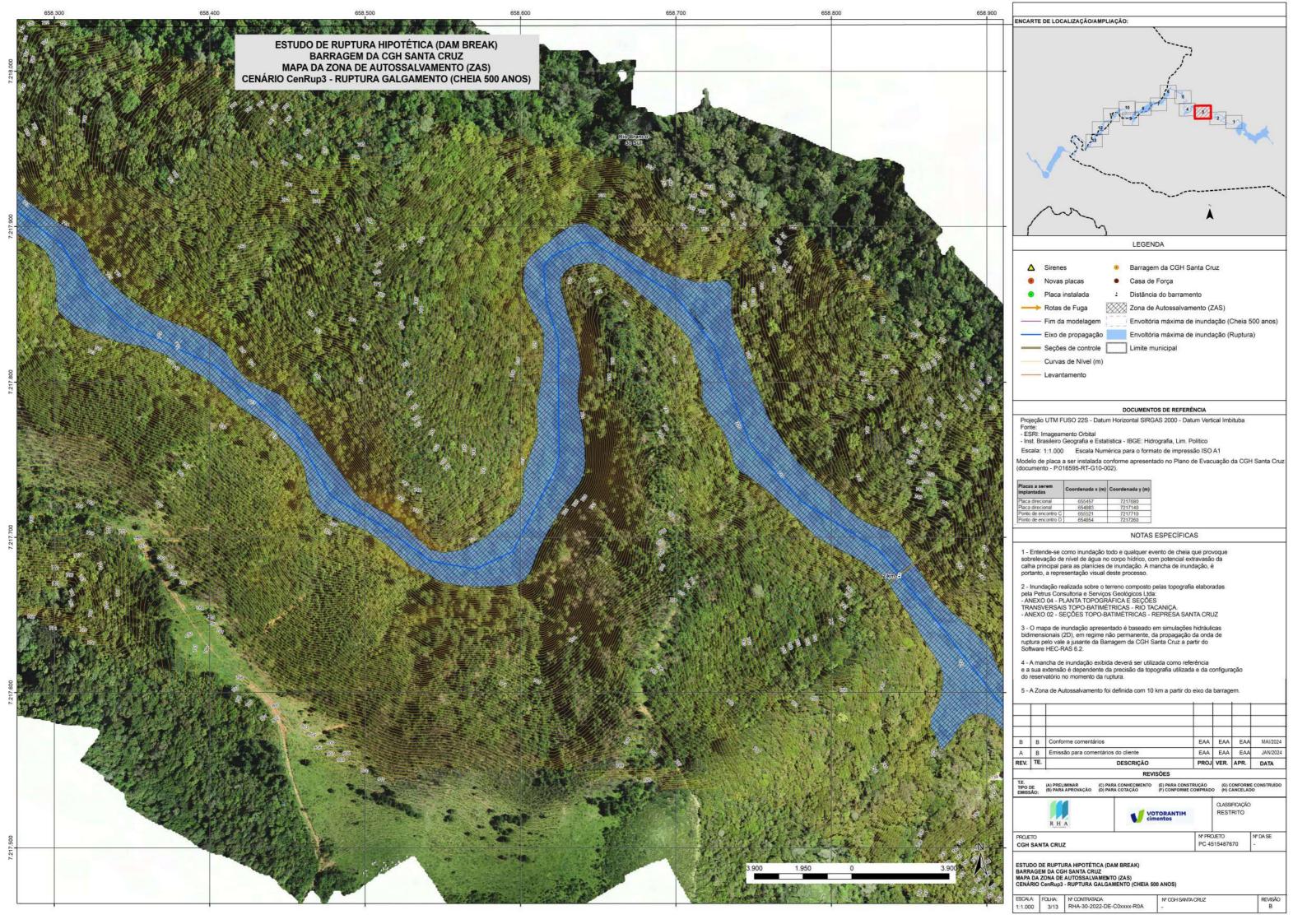


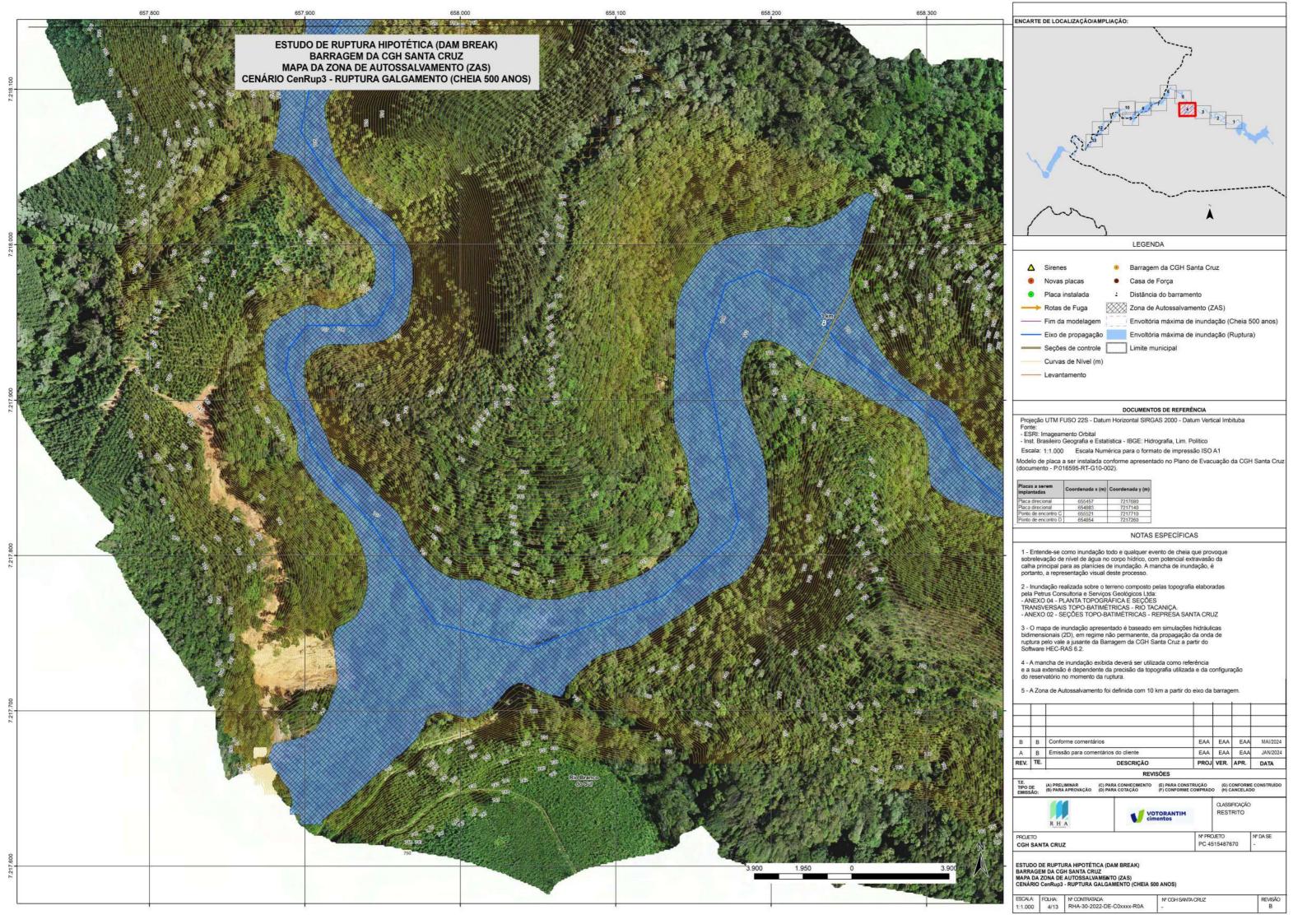


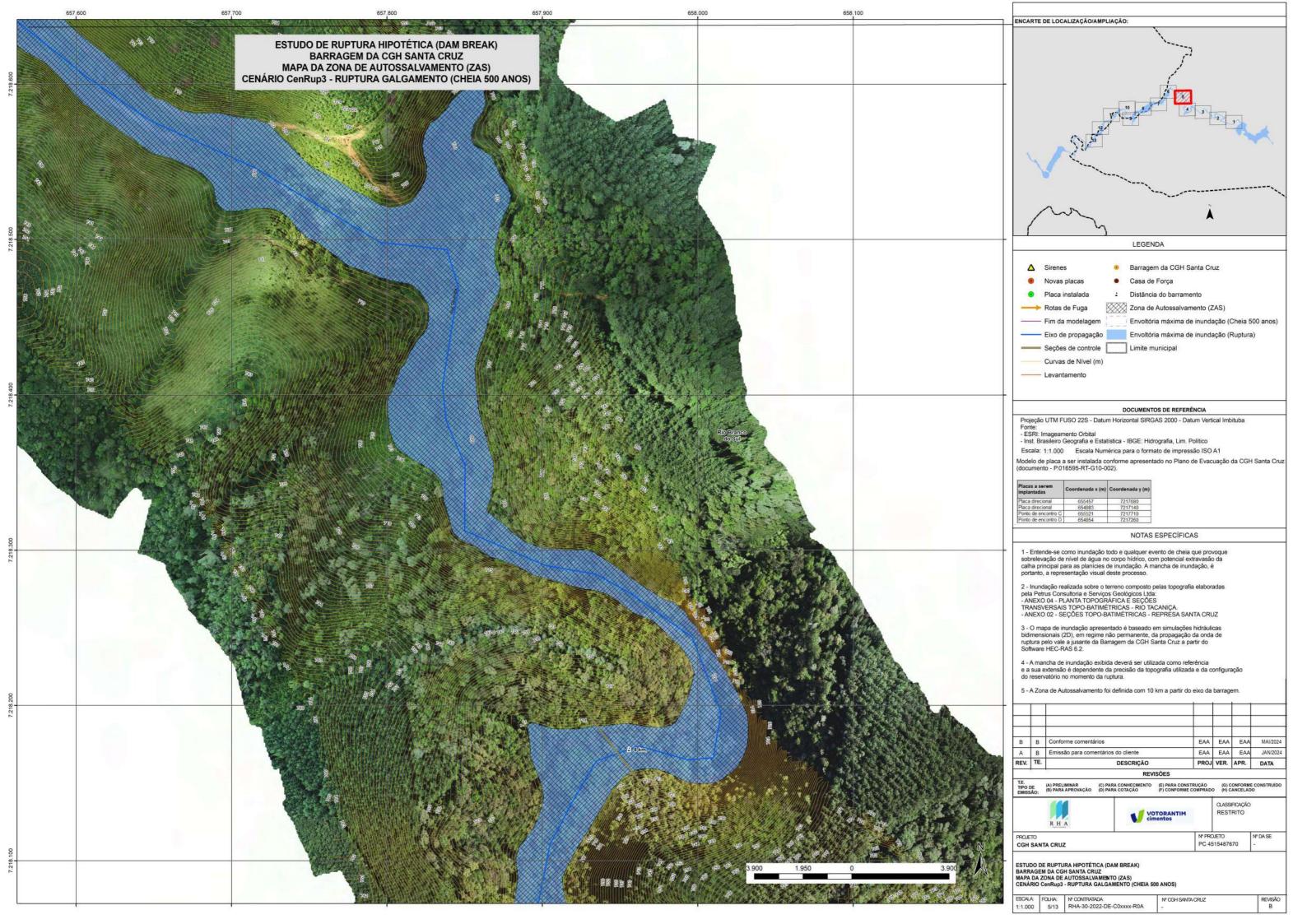
ANEXO 2 MAPAS DE INUNDAÇÃO DA ZAS COM ROTA DE FUGA E SIRENES

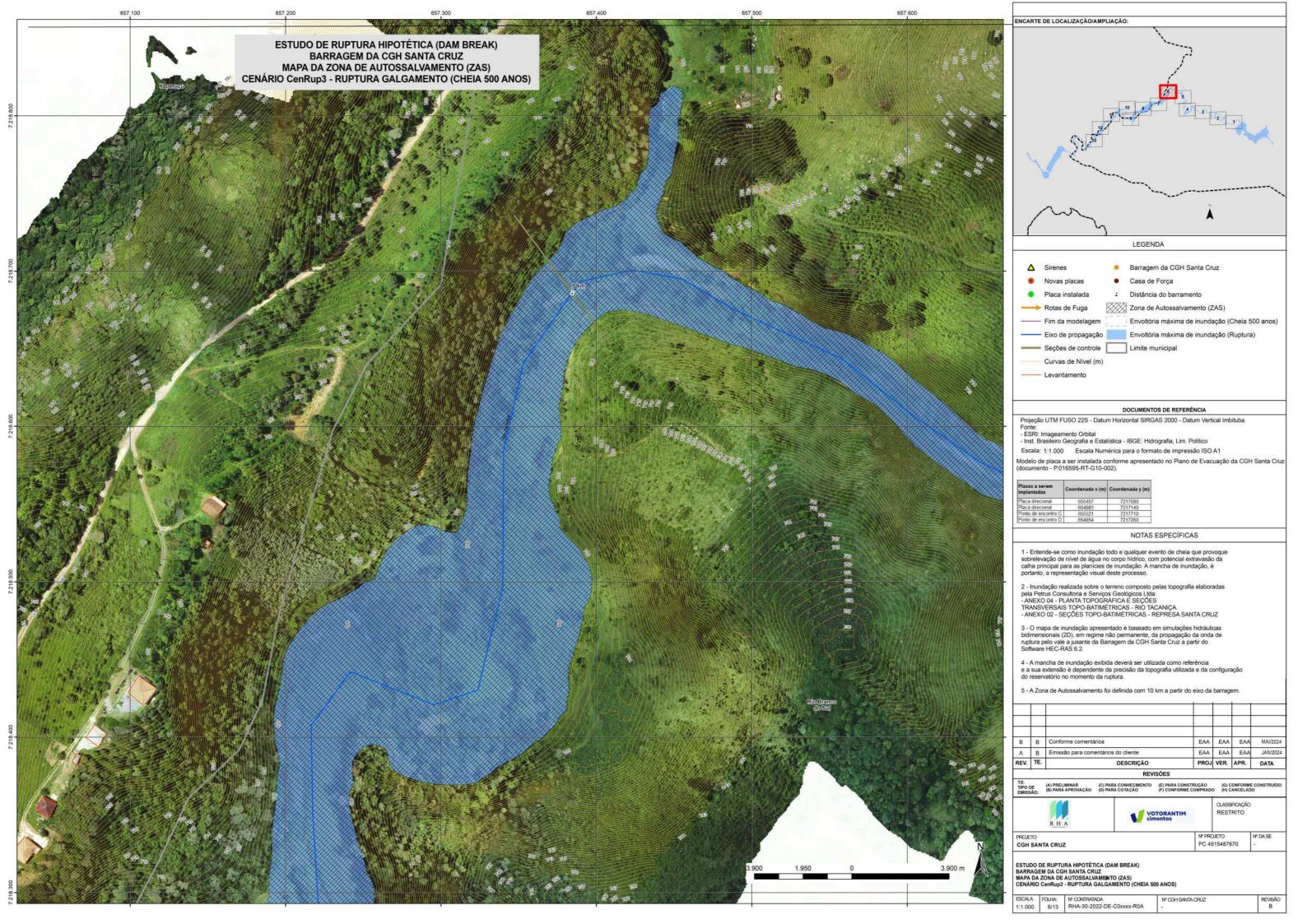


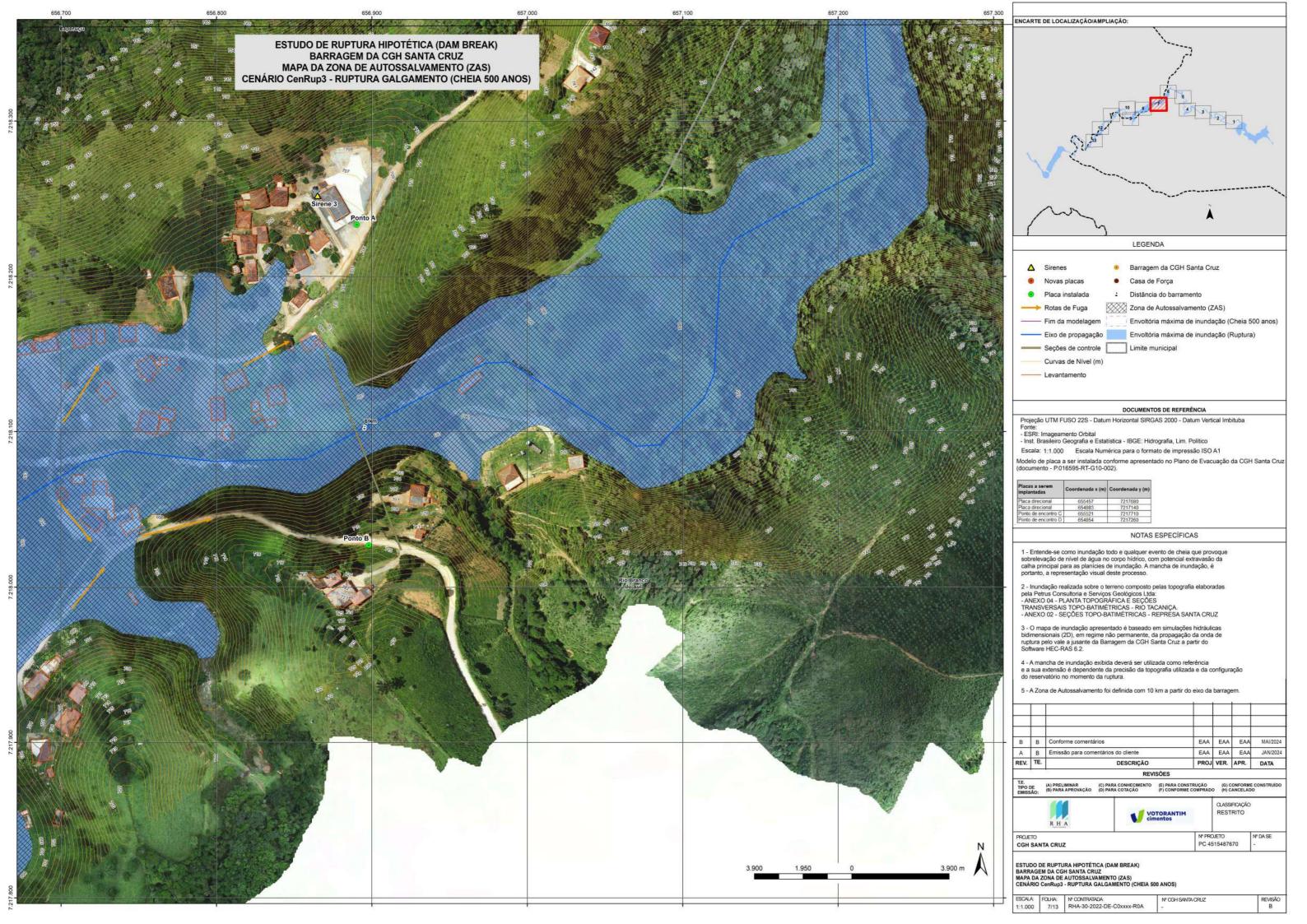


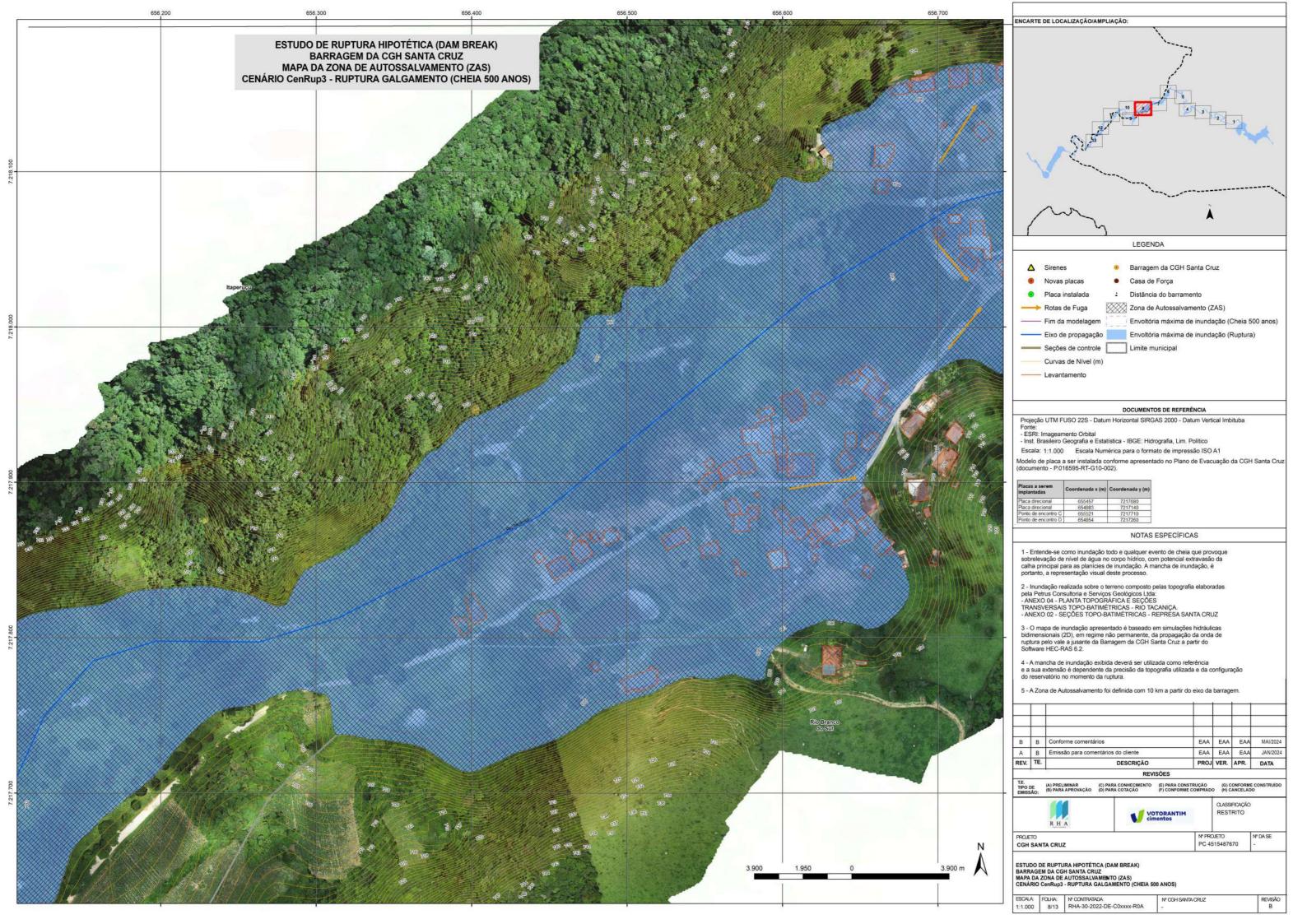


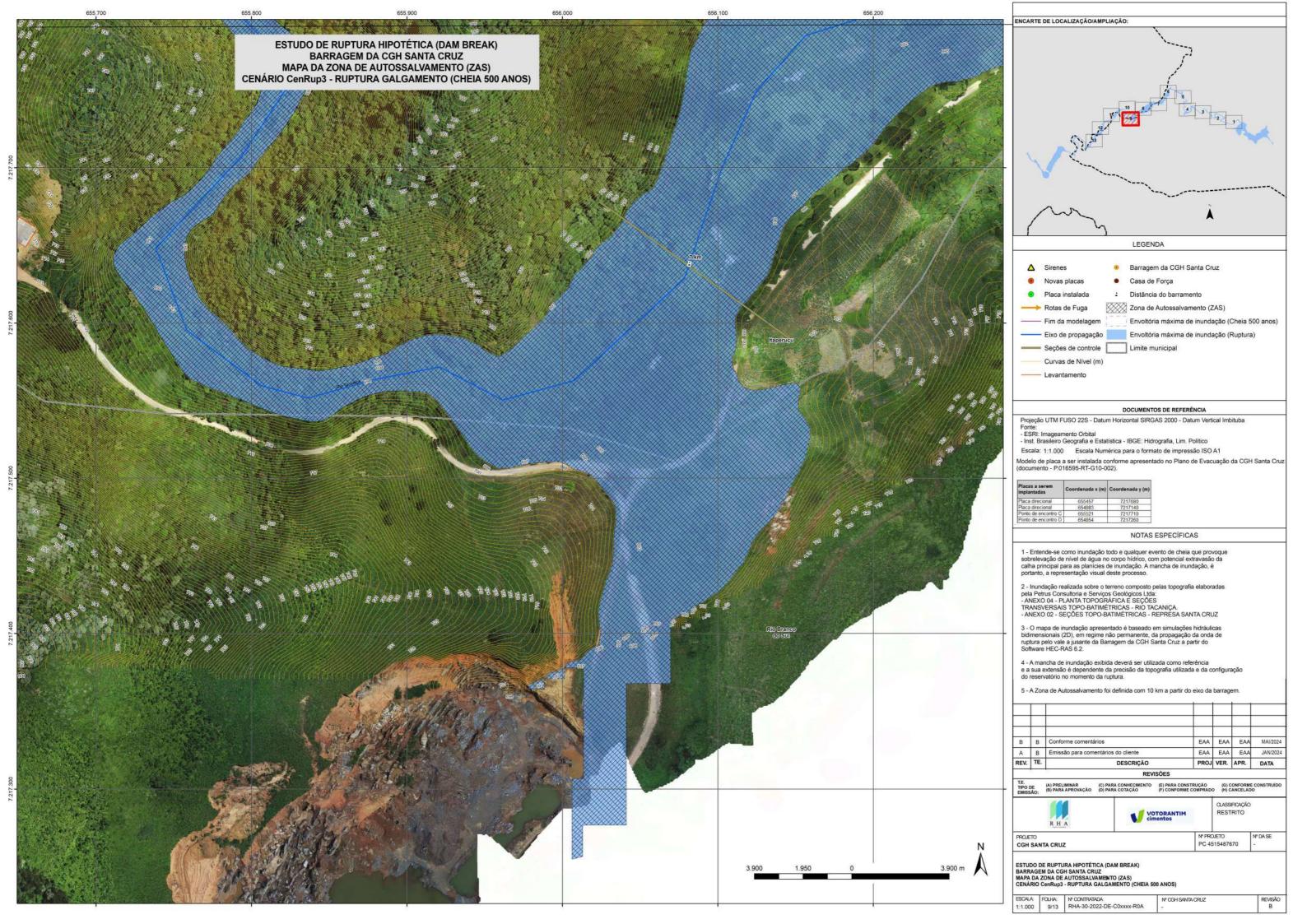


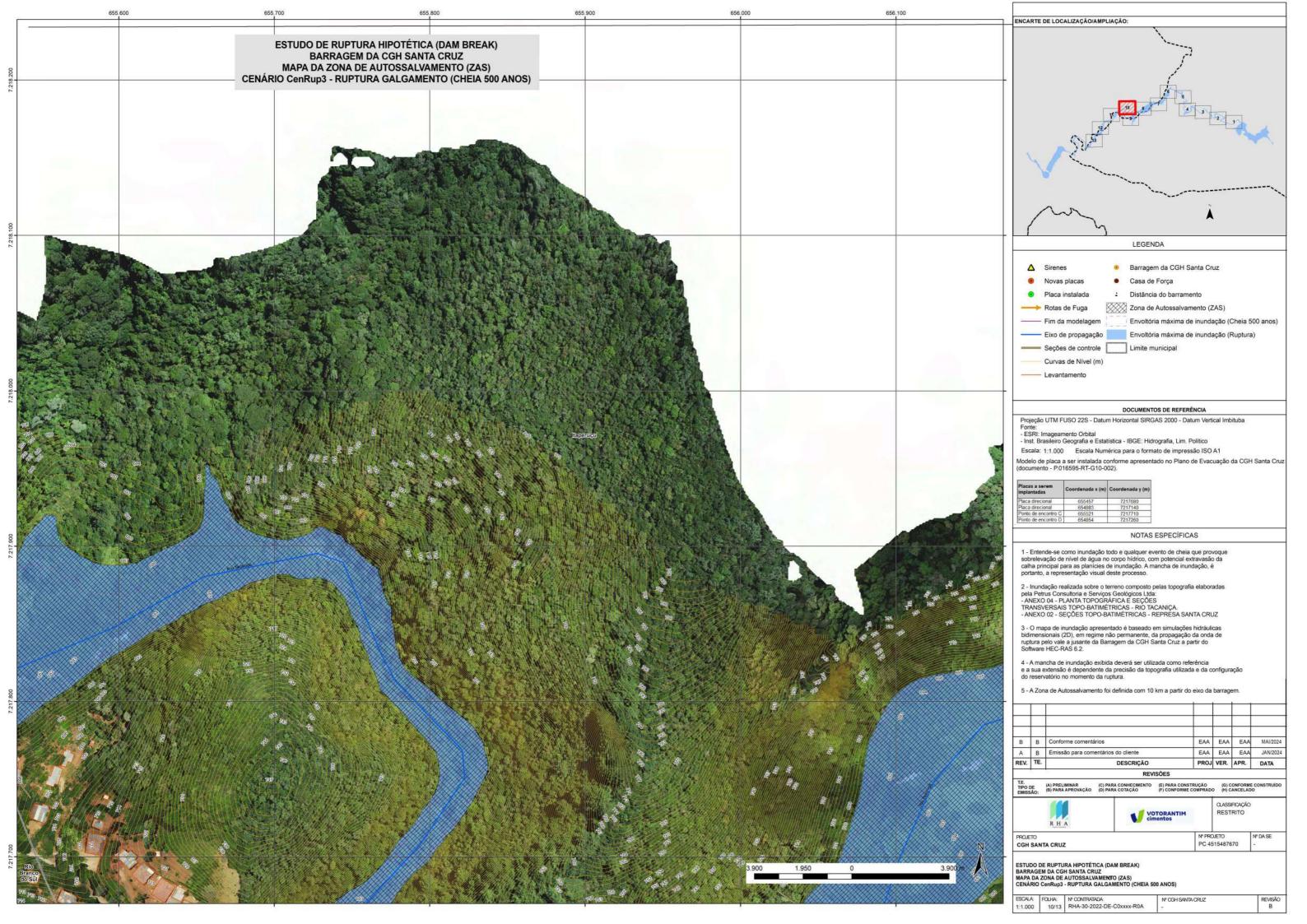


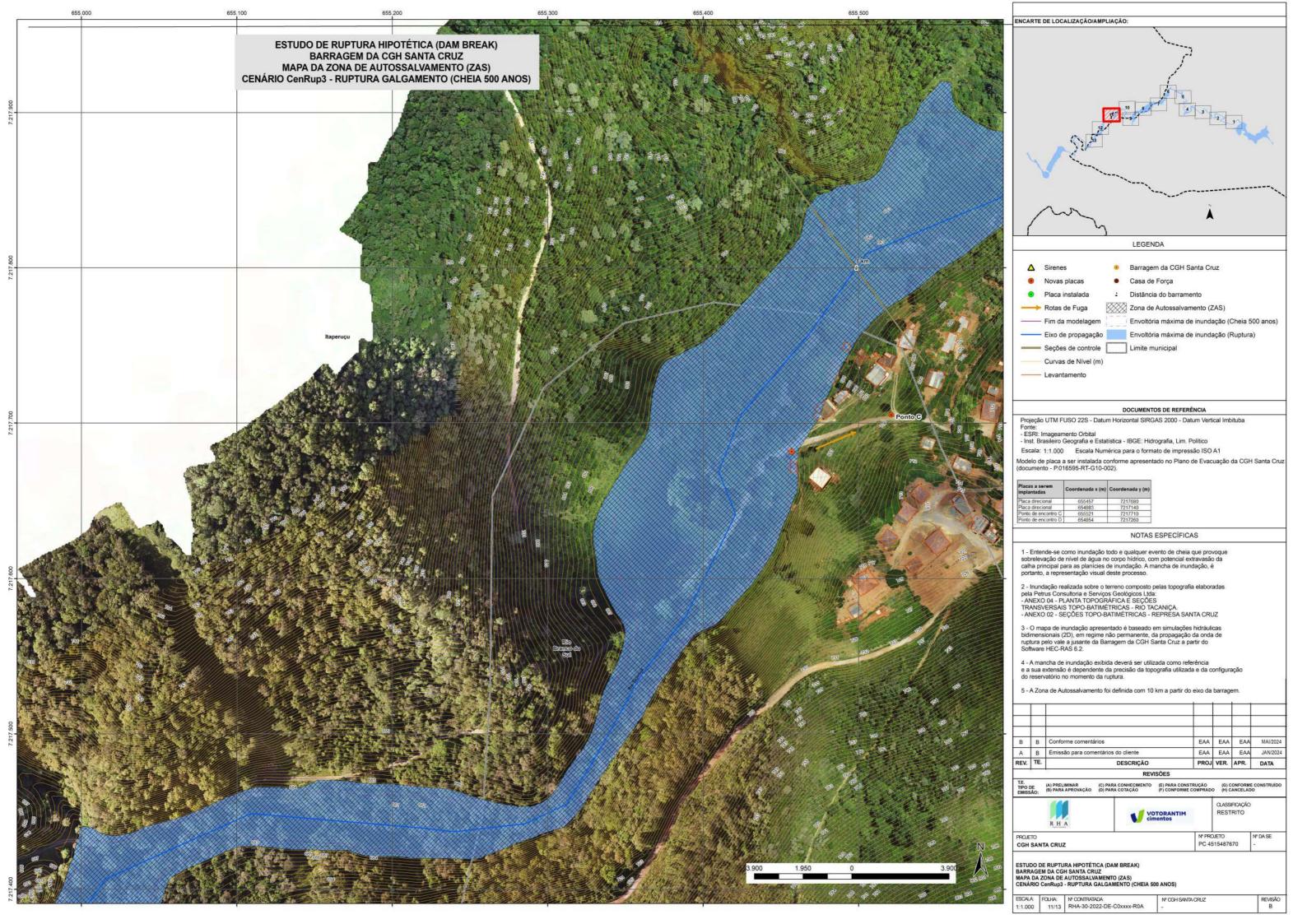


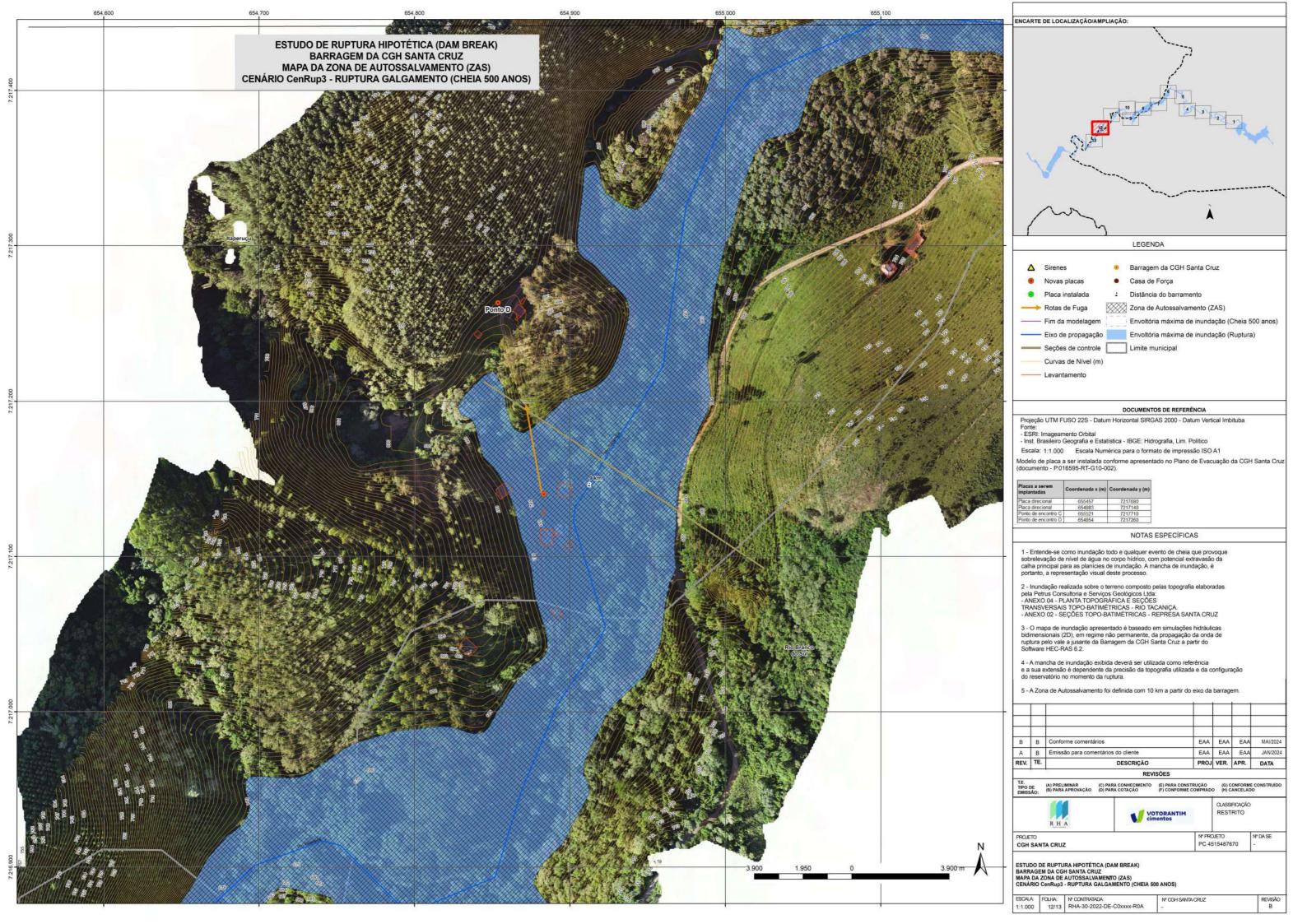


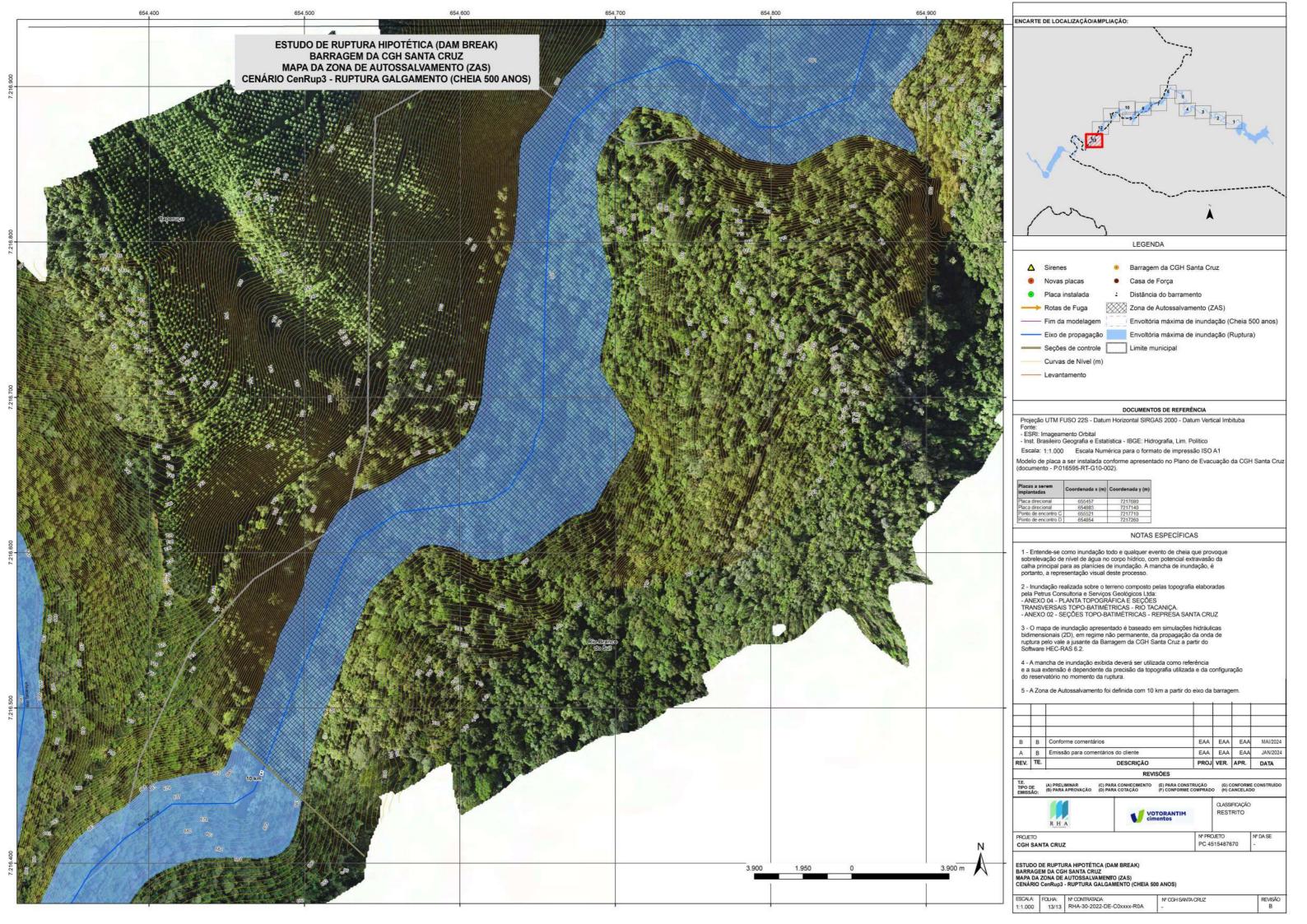
















ANEXO 3 MAPAS DO ESTUDO DE "DAM BREAK"

